

REDE DE TEATROS E CINETEATROS PORTUGUESES

RELATÓRIO ANUAL

(a que se refere o artigo 18º da Lei n.º 81/2019, de 2 de setembro)

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Relatório Anual da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses

DIREÇÃO

Américo Rodrigues

COORDENAÇÃO

Nuno Loio

AUTORIA

Catarina Correia
Cláudia Matos
Francisco Esteves
Madalena Ferreira (estagiária)
Nuno Loio
Rui Teigão
Vera Lopes

REVISÃO

Maria Inês Chora
Maria José Veríssimo
Sandra Pereira
Susana Sousa
Teresa Andrade

COLABORAÇÃO

Carla Bernardino (mestranda na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)
Cláudia Sampaio (Plano Nacional das Artes)
Elsa Mendes (Plano Nacional de Cinema)

EDIÇÃO

Direção-Geral das Artes
Campo Grande, nº 83 – 1º
1700-088 Lisboa
Tel. 211 507 010
geral@dgartes.pt
www.rtcp.pt
www.dgartes.gov.pt

DATA

Setembro de 2023

ÍNDICE

RESUMO	4
NOTA JUSTIFICATIVA	6
GLOSSÁRIO	7
INTRODUÇÃO	8
CREDECIAÇÃO	12
☐ 2021	12
☐ 2022 e 2023	14
☐ <i>Resultados do inquérito (credenciação)</i>	17
APOIO À PROGRAMAÇÃO	20
☐ <i>Resultados do inquérito (apoio à programação)</i>	23
☐ <i>Comissão de Acompanhamento</i>	24
PLANO DE VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	26
ATIVIDADES E INICIATIVAS COMPLEMENTARES	29
PARCERIAS E COOPERAÇÕES	32
CONCLUSÃO E AGRADECIMENTOS	35
ANEXOS	37

RESUMO

O presente relatório pretende apresentar um primeiro momento avaliativo sobre a existência da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses, após a sua criação em setembro de 2019 e efetiva implementação em agosto de 2021, com o início do processo de credenciação de equipamentos culturais.

As análises quantitativas e qualitativas constantes neste documento, resumem a evolução e o desempenho da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses de uma forma ampla e multidisciplinar, sendo suportadas, sempre que possível, por dados métricos resultantes de inquéritos de avaliação e/ou satisfação. A este propósito, importa referir que, para já, apresenta-se uma panorâmica interior da rede, isto é, do âmago inter-relacional gerado entre a Direção-Geral das Artes e os equipamentos credenciados, assim como entre todos estes durante a atividade cultural regular que desenvolvem e, por fim, o impacto na qualificação dos recursos humanos a eles afetos. Como tal, não inclui uma avaliação externa à rede, mormente do público, espetadores e comunidade local, ou regional. Este outro panorama, de vital importância para o futuro da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses, será alvo de um estudo em que serão chamados a participar académicos e sociólogos, num prazo tão breve quanto possível.

Por forma a simplificar a leitura e conseqüente interpretação, existem ligações internas e externas a documentação e/ou referências de suporte, evitando, assim, a junção de múltiplos anexos. Por sua vez, a estrutura do ora relatório obedecerá às fases de implementação da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses, iniciando-se com o processo de credenciação, seguindo-se o concurso limitado de apoio à programação e as ações de valorização e qualificação dos recursos humanos, ou, simplesmente, formação. Serão, ainda, divulgadas as atividades e iniciativas complementares ao seu funcionamento e dinâmica, terminando com as parcerias e colaborações com entidades externas.

Antes, contudo, o necessário enquadramento legal:

- A Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses foi criada pela [Lei n.º 81/2019](#), de 2 de setembro, que estabelece, ainda, o regime de credenciação dos equipamentos culturais e o programa de apoio à programação dos mesmos;

-
- A [Portaria n.º 106/2021](#), de 25 de maio, estabelece os requisitos para a credenciação dos equipamentos culturais e aprova o respetivo formulário para instrução do pedido de credenciação. Adicionalmente, designa a Direção-Geral das Artes como a entidade responsável pela credenciação, sem prejuízo de outras entidades intervenientes no procedimento;
 - Por sua vez, o [Decreto-Lei n.º 45/2021](#), de 7 de junho, cria e regula o apoio à programação dos equipamentos credenciados na Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses.

NOTA JUSTIFICATIVA

O artigo 18º da Lei n.º 81/2019, conjugado com o n.º 1 do artigo 3º da Portaria 106/2021, prevê, por parte da Direção-Geral das Artes, a publicação anual de um relatório com os resultados da avaliação da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses, incluindo indicadores que evidenciem o seu desempenho, qualidade e eficiência. Assim e considerando que os primeiros equipamentos culturais foram credenciados em agosto de 2021¹, tomando, portanto, esta data como o início efetivo da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses, era exetável a publicação do primeiro relatório em agosto de 2022. Tal, porém, não veio a suceder, pelos motivos e circunstâncias que se aduzem:

- a) Desde logo, pelo facto de 2021 representar, ainda que paulatinamente, o primeiro ano de retoma pós-pandemia Covid-19, quer para a sociedade em geral, quer para as atividades culturais, em particular. É sabido, de resto, que a área da cultura, em todas as suas vertentes e formas de expressão, foi das mais atingidas pela situação pandémica, porquanto todos os agentes culturais que dela dependem foram (direta ou indiretamente) severamente afetados, assim como o público e espetadores que se viram forçados a alterar drasticamente os seus hábitos de consumo cultural. Acresce referir que o Governo entendeu asseguradas as condições para [não prorrogar a situação de alerta vigente](#) apenas em 30 de setembro de 2022 e que a Organização Mundial de Saúde declarou o [fim da antedita pandemia](#), somente em 5 de maio do corrente ano;
- b) Como tal, em 2022, os indicadores relativos ao desempenho, qualidade e eficiência da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses, desde 2021, corriam o sério risco de traduzirem uma realidade ainda enviesada pelas reminiscências da Covid-19. Por outro lado, a decisão final sobre o primeiro programa de apoio à programação foi homologada em maio de 2022², pelo que os dados sobre a atividade programática dos equipamentos culturais apoiados careciam de maior estabilidade temporal;
- c) Finalmente, as conclusões e resultados provenientes do inédito programa de valorização e qualificação de recursos humanos afetos aos equipamentos culturais credenciados³, que a Direção-Geral das Artes promoveu de maio de 2022 a março de 2023, justificavam a sua inclusão no relatório anual alusivo à Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses, tendo em vista uma maior e mais completa avaliação.

¹ Ver Credenciação

² Ver Apoio à programação

³ Ver Plano de valorização e qualificação dos recursos humanos

GLOSSÁRIO

DL 45/2021: Decreto-Lei n.º 45/2021, de 7 de junho

DR: Diário da República

Lei 81/2019: Lei n.º 81/2019, de 2 de setembro

Port 106/2021: Portaria n.º 106/2021, de 25 de maio

CAC: Comissão de Acompanhamento

CAP: Comissão de Apreciação

DG: Diretor-Geral das Artes

DGARTES: Direção-Geral das Artes

EC: Equipamentos culturais

ECA: Equipamentos culturais apoiados

ECC: Equipamentos culturais credenciados

GC: Gestor de contratos

GT: Grupo de Trabalho

RTCP: Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses

SDG: Subdiretor-Geral das Artes (em regime de suplência, ao abrigo e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 35/2012, de 27 de março)

EMPA: Estrutura de Missão para a Promoção das Acessibilidades

FPCC: Federação Portuguesa de Cineclubes

ICA: ICA, I.P. - Instituto do Cinema e Audiovisual, I.P.

IGAC: Inspeção-Geral das Atividades Culturais

MC: Ministra/Ministro da Cultura

MCRP: Ministério da Cultura da República Portuguesa

NUTS: Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

PNA: Plano Nacional das Artes

PNC: Plano Nacional de Cinema

INTRODUÇÃO

A DGARTES é um organismo do MCRP que tem por missão a coordenação e execução das políticas de apoio às artes em Portugal, com a prioridade de promover e qualificar a criação artística, bem como garantir a universalidade da sua fruição.

Tem como atribuições:

- Propor e coordenar medidas estruturantes nas áreas das artes visuais, artes performativas e cruzamento disciplinar;
- Implementar programas de apoio financeiro dirigidos ao setor das artes, consolidando e renovando o tecido artístico português;
- Promover a igualdade de acesso às artes;
- Fortalecer a projeção internacional dos artistas e outros agentes culturais portugueses;
- Estimular o diálogo interdisciplinar, articulando políticas intersectoriais que cruzem as artes com a ciência, a educação, a economia, o turismo, entre outros;
- Assegurar e fomentar a produção de conhecimento específico sobre o setor;
- Promover e divulgar a criação artística nacional, assegurando o registo, a edição e a divulgação de documentos e obras referentes às artes;
- Realizar projetos e ações que contribuam para a valorização do setor das artes e dos seus profissionais.

Desenvolve as seguintes atividades e projetos:

- Programas de apoio financeiro para a atividade profissional nas áreas das artes visuais, das artes performativas e de cruzamento disciplinar, incluindo Programas de Apoio em Parceria, que permitem responder à necessidade de combate a assimetrias sociais e territoriais no acesso à cultura, entre outras dimensões que visam responder a questões sociais contemporâneas;
- Apoio à Internacionalização, Ação Cultural Externa, Acordos de Cooperação Internacional e Representações Oficiais;
- Representação Oficial Portuguesa nas Exposições Internacionais de Arte e de Arquitetura na Bienal de Veneza;
- Participação nos Programas de Cooperação Ibero-Americanos;
- Apoio à atividade das Orquestras Regionais;
- Apoio ao Associativismo Cultural e às entidades não profissionais da Região de Lisboa e Vale do Tejo;

-
- Audições em Portugal para a Orquestra de Jovens da União Europeia;
 - Arquivo da coleção Portugal Som, no âmbito da música tradicional, erudita e contemporânea de autores portugueses.

Mais recentemente, foram ainda atribuídas à DGARTES competências que visam:

- Operacionalização e implementação do Programa Nacional Saber Fazer Portugal;
- Operacionalização e implementação do projeto Connecting Dots – Arts Mobility and Audience Development, que se inscreve num quadro de apoio às artes do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu/EEA;
- Criação e dinamização de “roteiros de arte pública” no âmbito do regime de integração, em obras públicas, de obras de arte para fruição pública;
- Implementação e consolidação da Rede Portuguesa de Arte Contemporânea e da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses.

Inserida nestas novas atribuições da DGARTES, a RTCP é um instrumento estratégico fundamental para o combate às assimetrias regionais e para o fomento da coesão territorial no acesso à cultura e às artes em Portugal, assente na descentralização e na responsabilidade partilhada do Estado central com as autarquias e as entidades independentes.

A RTCP irá contribuir para:

- Incrementar a procura e oferta culturais;
- Aumentar as coproduções entre entidades;
- Reforçar a circulação de obras artísticas;
- Fomentar a articulação programática entre equipamentos da Rede;
- Envolver agentes culturais e artísticos locais;
- Desenvolver estratégias de mediação;
- Boas práticas na transição digital, sustentabilidade ambiental, inclusão e acessibilidade física, social e intelectual.

Fases de implementação:

- Credenciação;
- Apoio à Programação;
- Valorização e qualificação dos recursos humanos.

A DGARTES é a entidade responsável pelo processo de credenciação na RTCP, como decorre do n.º 1 do artigo 3º da Port 106/2021. Para o efeito, foi constituído um GT interno para a sua implementação e acompanhamento técnico⁴, devendo assegurar as seguintes tarefas, mas sem limitar:

1. No âmbito de pedidos de credenciação de equipamentos:
 - a) Verificação/análise documental;
 - b) Verificação de requisitos;
 - c) Emissão de relatório técnico;
 - d) Análise de pronúncias em sede de audiência prévia;
 - e) Elaboração de proposta fundamentada para recusa ou aceitação do pedido, a fim de ser homologada pelo(a) MC.

2. No âmbito da gestão da caixa de correio eletrónico (rtcp@dgartes.pt):
 - a) Gestão diária dos e-mails;
 - b) Apoio aos equipamentos credenciados no esclarecimento de dúvidas;
 - c) Comunicação/divulgação institucional de interesse para a rede;
 - d) Elaboração de pareceres sobre assuntos relacionados com a RTCP.

3. No âmbito da comunicação:
 - a) Criação e divulgação de notícias nos canais de comunicação da DGARTES (site da DGARTES e da RTCP, nas redes sociais (Facebook e Instagram), na *Newsletter* e nos *press releases* enviados para comunicação social;
 - b) Publicação de conteúdos e fotografias sobre os novos equipamentos credenciados no site da RTCP e devida atualização gráfica dos novos equipamentos no mapa nacional da RTCP;
 - c) Publicação de *posts* mensais com as informações mais relevantes para a RTCP;
 - d) Envio do Kit de comunicação da RTCP às entidades credenciadas e esclarecimento de possíveis dúvidas relacionadas com a aplicação do logotipo nas peças gráficas;
 - e) Emissão de certificados de credenciação;
 - f) Acompanhamento técnico do trabalho de *design* e produção do *merchandising* da RTCP, dos convites e do material logístico afeto aos eventos.

⁴ Despachos n.º 2/GD/2022 de 18 de janeiro e n.º 3/GD/2023 de 15 de fevereiro, do Diretor-Geral das Artes

4. No âmbito da formação:

- a) Elaborar e propor ações de formação, seus conteúdos, carga horaria e duração;
- b) Gerir e verificar a correta execução do plano de formação por parte da entidade formadora;
- c) Esclarecimentos e apoio aos formandos.

5. No âmbito dos eventos da rede:

- a) Preparação e organização de eventos para a RTCP;
- b) Comunicação e divulgação dos eventos e das atividades paralelas nos canais de comunicação da DGARTES, assim como junto dos Media;
- c) Gestão das inscrições e avaliação de satisfação dos participantes.

6. No âmbito do Apoio à Programação dos equipamentos da RTPC

- a) Participação na definição e/ou revisão dos conteúdos dos avisos de abertura dos concursos de apoio à programação;
- b) Participação na elaboração e/ou revisão dos formulários de candidatura;
- c) Reflexão sobre o desenvolvimento destes procedimentos com vista à sua melhoria.

Este GT integra elementos da Direção de Serviços de Planeamento, Informação e Recursos Humanos, da Direção de Serviços de Apoio às Artes e da Direção de Serviços de Gestão Financeira e Patrimonial (unidades orgânicas nucleares da DGARTES), promovendo, desta forma, uma visão e intervenção plural e dinâmica.

Por sua vez, a análise das candidaturas no âmbito do apoio à programação RTCP, fica sob responsabilidade de uma CAP a nomear para o efeito, enquanto todo o apoio ao candidato será assegurado por telefone e endereço de correio eletrónico, ambos da Linha de Apoio ao Candidato da DGARTES, a saber:



210 102 540 (entre as 10h e as 12h00 e as 14h30 e as 16h, nos dias úteis)



candidaturas@dgartes.pt

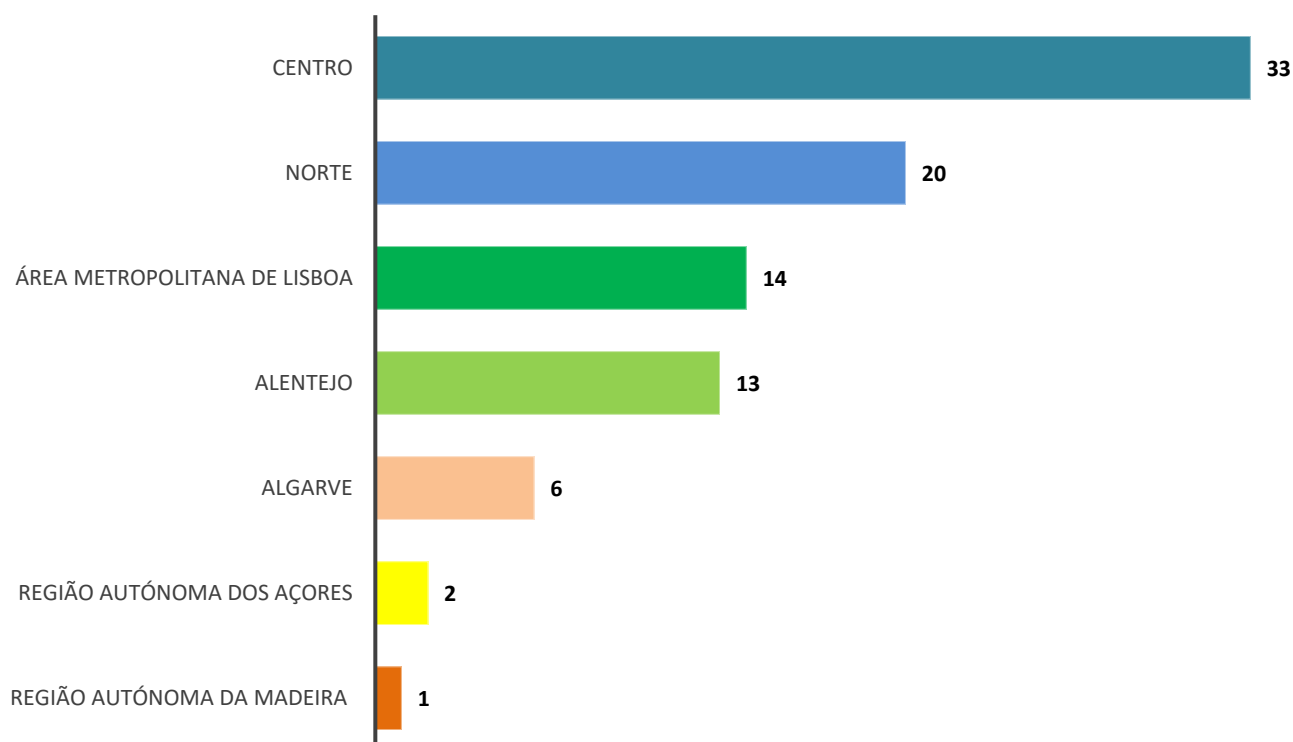
CREDECIAÇÃO

A DGARTES começou a preparar o primeiro processo de credenciação com o intuito de o abrir até final de junho de 2021. Para tal e no seguimento do disposto no n.º 3 do artigo 3 da Port 106/2021 e respetivo anexo, o formulário para instrução do pedido de credenciação foi adicionado ao [Balcão Artes](#) (requer prévio registo). Adicionalmente, também como trabalho preparatório, foram enviados ofícios para todas as direções regionais de cultura (Norte, Centro, Alentejo, Algarve, Madeira e Açores), informando da iminente abertura de credenciação e solicitando apoio para a sua divulgação junto dos EC nos respetivos territórios de intervenção.

❖ 2021

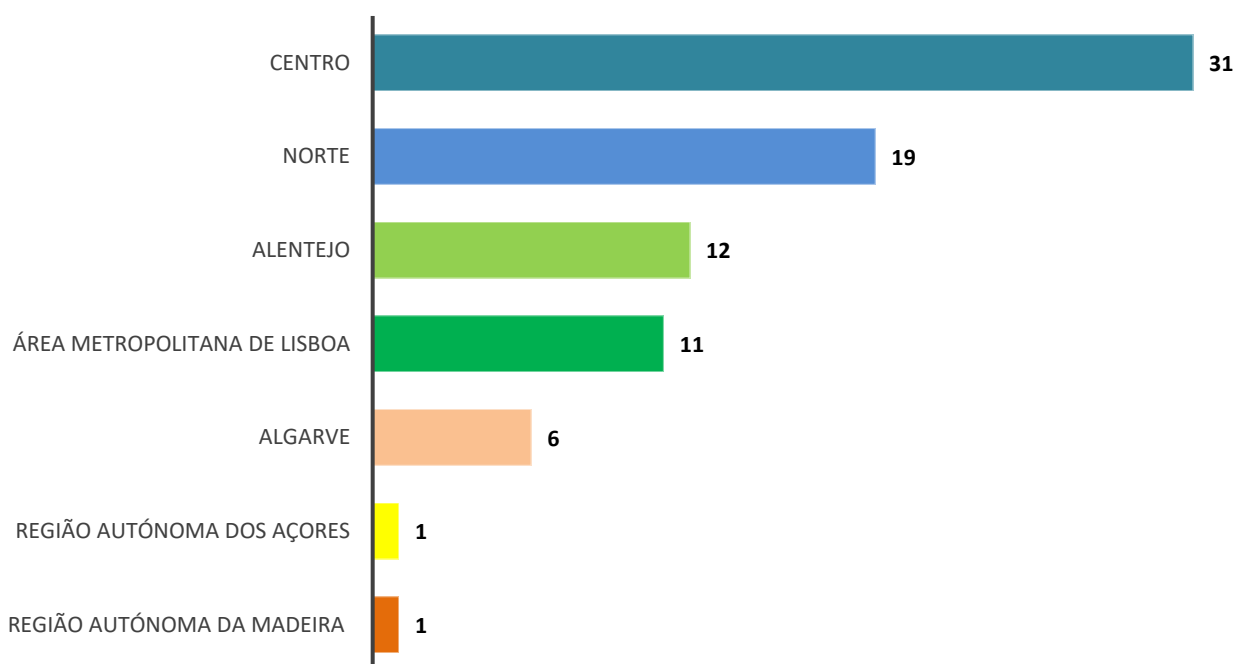
No dia 18 de junho de 2021, a DGARTES [noticiou a abertura do processo de credenciação](#) na RTCP, estabelecendo o prazo para a submissão de pedidos entre 18 de junho e 16 de julho de 2021.

A este processo de credenciação, submeteram pedido os 89 EC identificados no [Anexo I](#), que faz parte integrante do presente relatório (ordenado por NUTSII, NUTSIII e Concelho). A análise estatística, por NUTSII, revela uma predominância de pedidos oriundos das regiões Centro e Norte, sendo os Açores e a Madeira as regiões com menor representação:



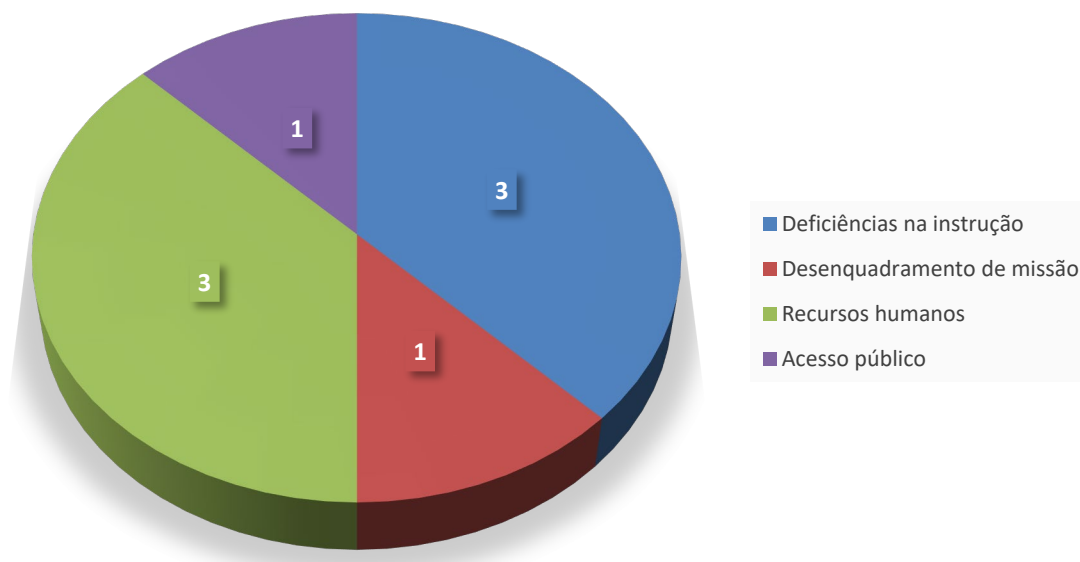
Concluída a verificação das candidaturas, bem como findo o prazo para completar ou suprir deficiências da instrução do procedimento, como decorre do n.º 2 do artigo 12º da Lei 81/2019, em 19 de agosto de 2021 foram propostos para credenciação e homologados 50 EC. Adicionalmente, em 9 de setembro de 2021, foram propostos para credenciação e homologados 31 EC.

Resulta, portanto, que em 2021 foram credenciados os 81 EC identificados no [Anexo II](#), que faz parte integrante do presente relatório (ordenado por equipamento). A análise estatística, igualmente por NUTSII, confirma a predominância de ECC no Centro e no Norte, seguidas pelas regiões da Área Metropolitana de Lisboa e do Alentejo, mantendo-se as regiões dos Açores e da Madeira com menor representação:



Por sua vez, concluído o mesmo prazo para completar ou suprir deficiências da instrução do procedimento, assim como o prazo de audiência prévia previsto no n.º 1 e n.º 2 do artigo 14º da Lei 81/2019, os demais 8 pedidos foram indeferidos, atentos os motivos e fundamentos constantes no [Anexo III](#), que faz parte integrante do presente relatório.

A análise estatística revela que os principais motivos de indeferimento incidiram sobre deficiências não suprimidas no pedido de instrução e no incumprimento dos requisitos relativos aos recursos humanos:



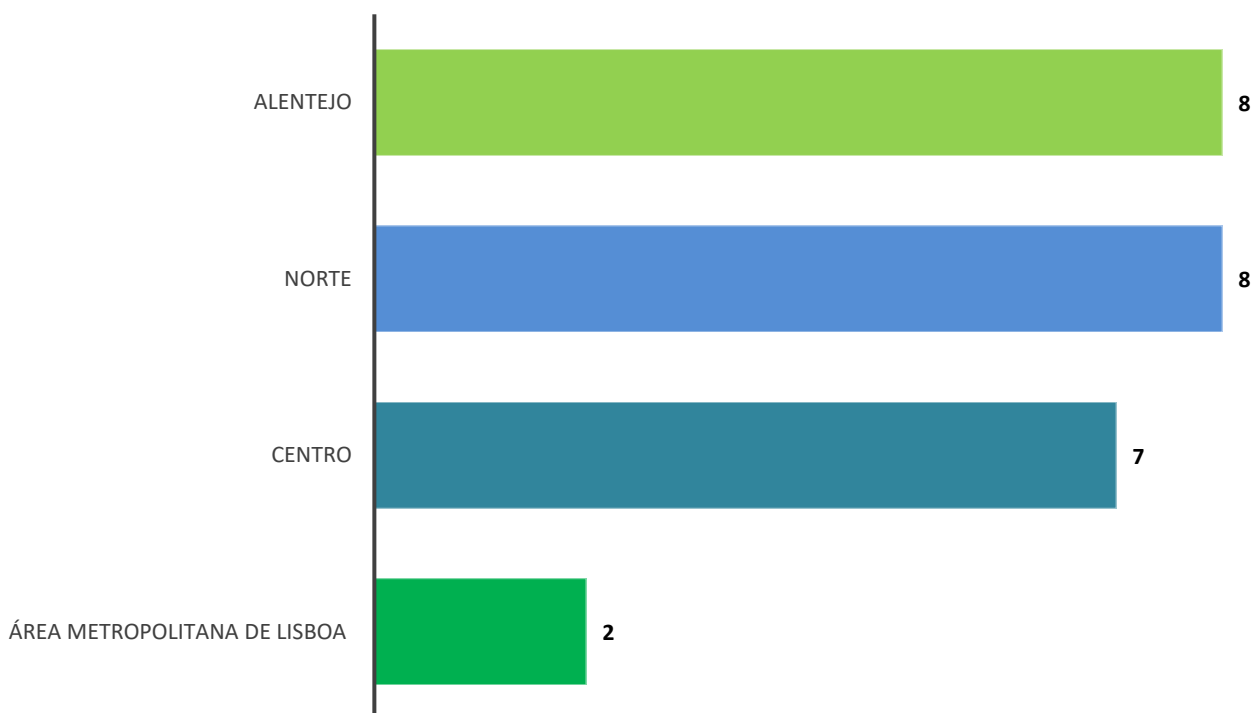
A propósito deste último, importa salientar o exemplo do Município do Sobral de Monte Agraço que, tendo sido notificado de tal incumprimento, diligenciou no sentido de tomar as necessárias medidas corretivas, pelo que, posteriormente, solicitou a reapreciação do pedido e que culminou, já em 2022, na credenciação do equipamento Cine-teatro de Sobral de Monte Agraço.

❖ 2022 e 2023

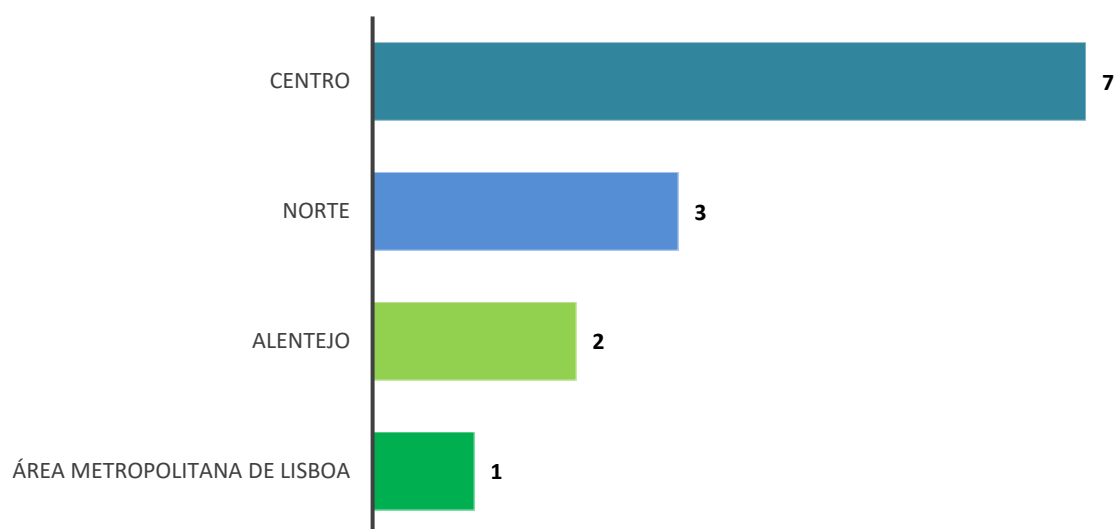
A credenciação na RTCP reabriu no dia 1 de julho de 2022 (após a conclusão do primeiro concurso de apoio à programação), desta feita em regime de permanência e sem interrupções, tendo a DGARTES divulgado a correspondente [notícia](#). Adicionalmente e por forma a direcionar essa informação aos principais interessados, no dia 6 de agosto de 2022, foi remetido, por correio eletrónico, um ofício à presidência dos municípios de (por ordem alfabética) Amarante, Angra do Heroísmo, Borba, Bragança, Calheta, Campo Maior, Carraceda de Ansiães, Cartaxo, Castelo Branco, Castelo de Vide, Chaves, Covilhã, Elvas, Felgueiras, Freixo de Espada à Cinta, Horta, Lisboa, Mértola, Miranda do Corvo, Mirandela, Olhão, Ponta Delgada, Ponte de Sor, Porto, Reguengos de Monsaraz, Sines, Tavira, Torre de Moncorvo e Vinhais.

Em 17 de março de 2023, a DGARTES [divulgou](#) a previsão de abertura do novo programa de apoio à programação até julho de 2023, conforme insito na [Declaração Anual 2023](#). Nesse sentido, em 19 de abril de 2023, foi publicado um [comunicado](#) alertando para o facto de a DGARTES apenas assegurar a análise atempada dos pedidos de credenciação solicitados até ao dia 31 de maio de 2023, tendo em vista uma eventual posterior submissão de candidatura ao concurso de apoio à programação (recorda-se, a propósito, que este concurso é limitado aos ECC, conforme decorre do n.º 4 do artigo 3.º do DL 45/2021). Complementarmente, no dia 22 de abril de 2023, foi feito um reforço sobre o ofício supramencionado, também por correio eletrónico, para os mesmos destinatários e municípios.

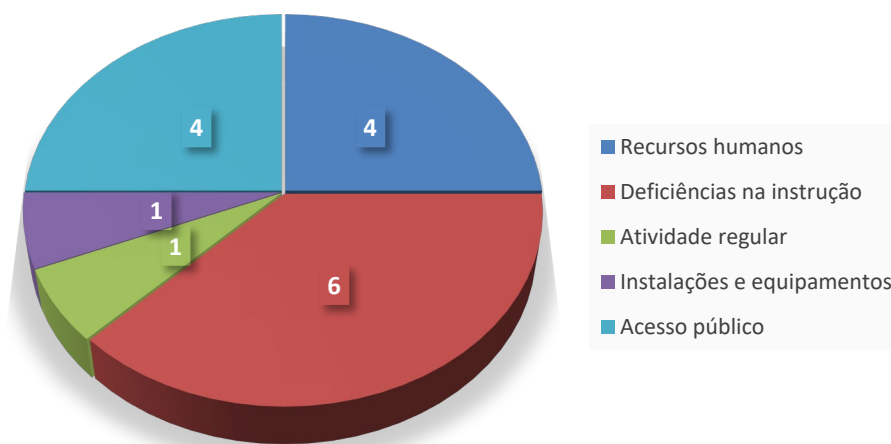
Desde a data de reabertura de credenciação e até 26 de julho de 2023, submeteram pedido os 25 EC identificados no [Anexo IV](#), que faz parte integrante do presente relatório (ordenado por NUTSII, NUTSIII e Concelho). A análise estatística por NUTSII, revela, desta vez, uma predominância de pedidos oriundos das regiões Alentejo e Norte, sendo de destacar o surgimento do Alto Tâmega e de Terras dos Trás-os-Montes (NUTSIII). Em oposição, neste biénio, não se verificaram novos pedidos das regiões do Algarve, da Madeira e dos Açores.



Concluída a análise das candidaturas, bem como findo o prazo para completar ou suprir deficiências da instrução do procedimento, como decorre do n.º 2 do artigo 12º da Lei 81/2019 e, ainda, o prazo de audiência prévia previsto no n.º 1 e n.º 2 do artigo 14º da mesma Lei, em 2022 e 2023 foram credenciados os 13 EC identificados no [Anexo V](#), que faz parte integrante do presente relatório (ordenado por equipamento). A análise estatística, igualmente por NUTSII, destaca a predominância de ECC no Centro, seguindo-se (a alguma distância) no Norte. As outras regiões com novos equipamentos credenciados, são ao do Alentejo e da Área Metropolitana de Lisboa.

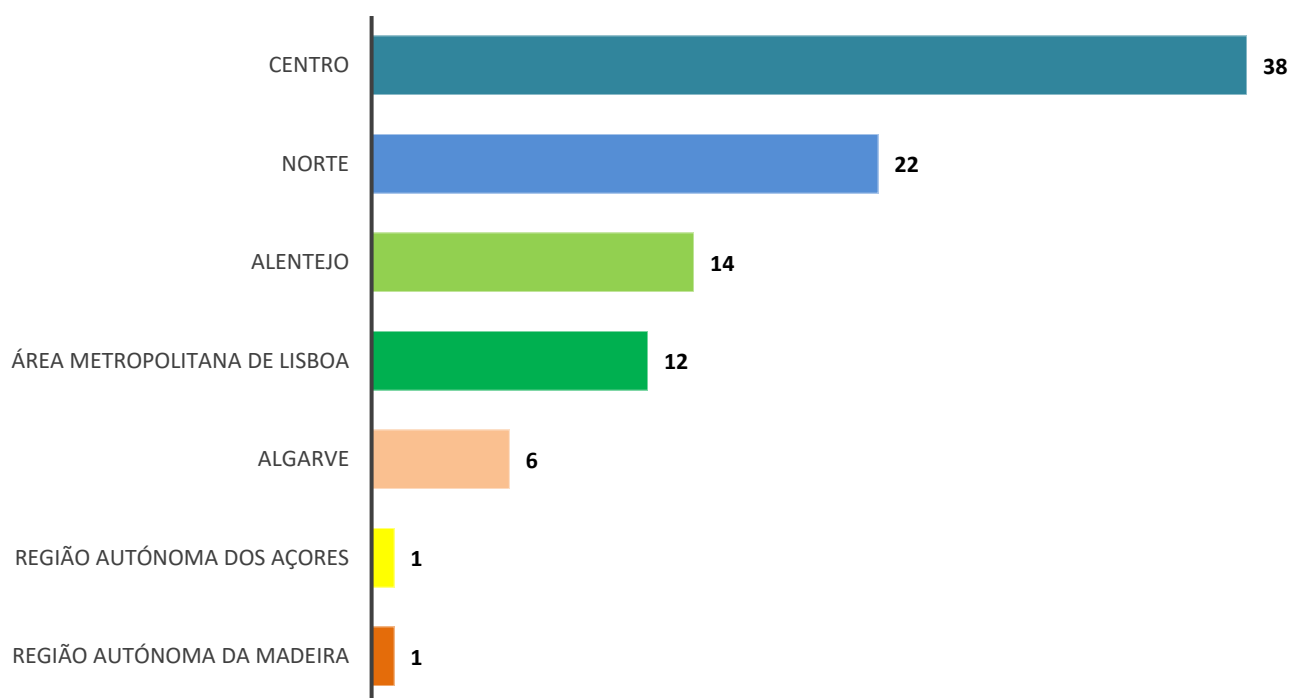


De igual forma, concluídos os mesmos prazos, os demais 12 pedidos foram indeferidos, atentos os motivos e fundamentos constantes no [Anexo VI](#), que faz parte integrante do presente relatório. A análise estatística revela que os principais motivos de indeferimento incidiram sobre deficiências não suprimidas no pedido de instrução, no incumprimento dos requisitos relativos aos recursos humanos e do acesso público:



À exceção dos pedidos indeferidos devido à sua submissão por entidade incompetente para o efeito (isto é, não proprietária do equipamento), os demais pedidos encontram-se condicionados ao cumprimento das medidas corretivas propostas, durante o prazo máximo de 2 anos, conforme disposto no n.º 3 do artigo 13º da Lei 81/2019. Significa que, durante aquele período, as entidades podem solicitar a reapreciação do pedido, juntando, para o efeito, comprovativos das medidas adotadas.

Assim sendo, nesta data, a RTCP é composta por 94 ECC, cuja distribuição geográfica é a seguinte (ordenado por NUTSII):

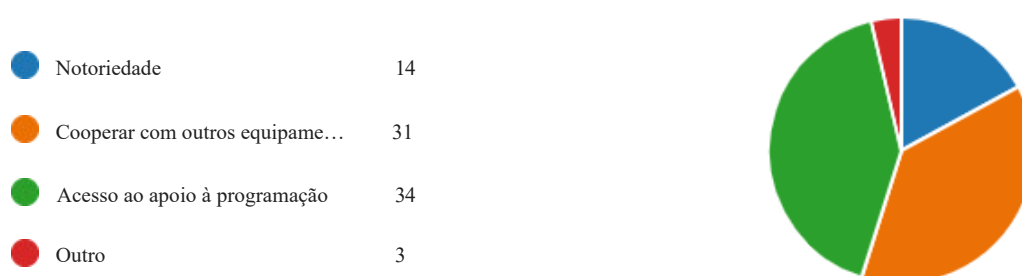


❖ Resultados do inquérito (credenciação)

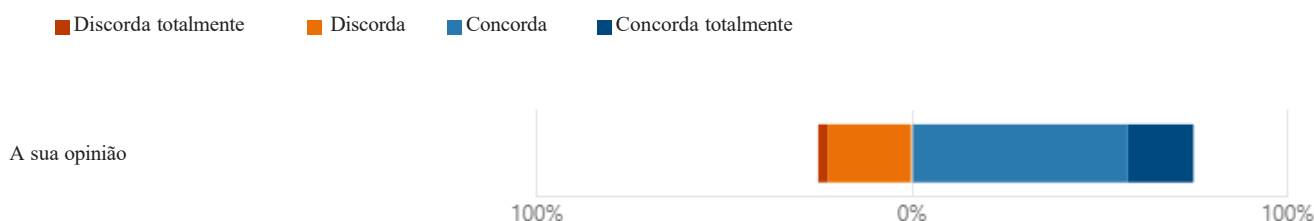
Passado o primeiro ano da criação da RTCP, concluído o primeiro programa de apoio à programação e ainda o primeiro plano de qualificação e valorização de recursos humanos afetos aos ECC, em 15 de março de 2023 a DGARTES promoveu um inquérito com o intuito de auscultar as entidades credenciadas, em jeito de balanço inicial.

O resumo dos resultados sobre a credenciação, exibido entre as questões 1 a 17, pode ser consultado [aqui](#). Destaca-se, naturalmente, a importância do acesso ao apoio à programação e da possibilidade de cooperar com outros ECC, como principais motivos para a credenciação na RTCP, o que, de resto, se evidencia como uma tendência: o aumento de contatos com outros equipamentos, o aumento de parcerias, o aumento da atividade programática e das propostas de entidades artísticas recebidas.

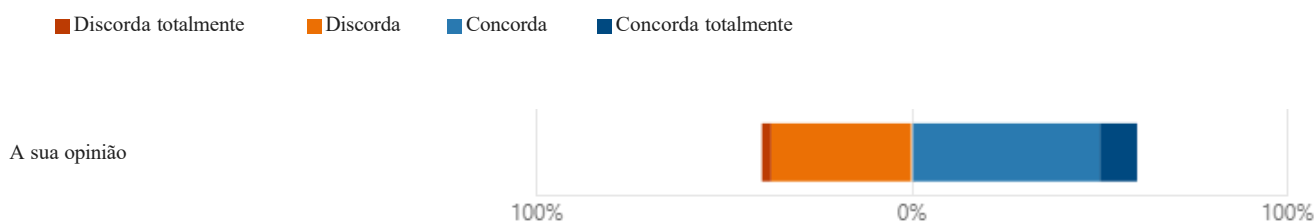
Indique o(s) motivo(s) para apresentação de pedido de credenciação na RTCP



Após a credenciação, o equipamento aumentou os contatos com equipamentos de outras regiões



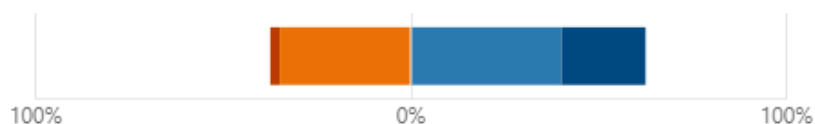
Após a credenciação, o equipamento tem estabelecido mais parcerias com outros equipamentos da mesma região



Após a credenciação, o equipamento aumentou a sua atividade programática

■ Discorda totalmente
 ■ Discorda
 ■ Concorda
 ■ Concorda totalmente

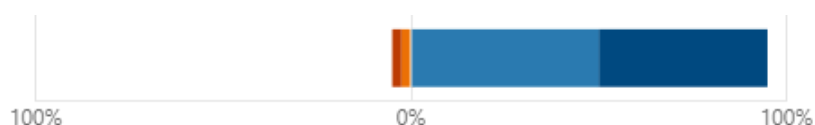
A sua opinião



Após a credenciação, o equipamento tem recebido mais propostas de entidades artísticas

■ Discorda totalmente
 ■ Discorda
 ■ Concorda
 ■ Concorda totalmente

A sua opinião



Considera vantajosa a credenciação na RTCP?

● Sim, porque... 39
● Não, porque... 1



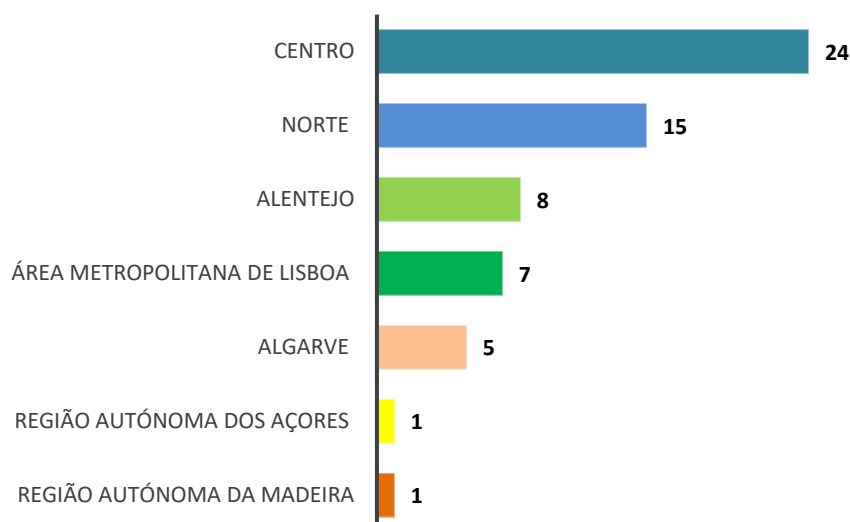
Em conclusão, a credenciação na RTCP é assumida como claramente vantajosa por parte dos EC que a integram.

APOIO À PROGRAMAÇÃO

A DGARTES agendou a abertura do primeiro concurso limitado de apoio à programação RTCP para o início de outubro de 2021. Previamente, no dia 29 de setembro de 2021, [divulgou](#) o respetivo teor, por forma a prestar toda a informação útil para que as entidades credenciadas pudessem preparar a apresentação de eventual candidatura. Seguidamente e nos termos do artigo 13º do DL 45/2021, o aviso foi [publicado e divulgado](#) no dia 8 de outubro de 2021.

Inicialmente, foi estabelecido o prazo de 8 de outubro a 22 de novembro de 2021 para a submissão de candidaturas. Porém, em 26 de setembro de 2021 ocorreram eleições autárquicas, cujo impacto no período de instalação dos respetivos órgãos e no seu pleno funcionamento, acarretou perturbações na gestão interna das autarquias, com natural repercussão na submissão de candidaturas. Sensível a tal facto e após vários apelos nesse sentido, no dia 19 de novembro de 2021 a DGARTES propôs à MC a prorrogação do prazo até ao dia 6 de dezembro de 2021, tendo merecido despacho favorável exarado na informação de serviço n.º 50/GD, da mesma data. Consequentemente, o novo prazo para submissão de candidaturas foi [divulgado](#) nesse mesmo dia, em simultâneo com uma mensagem de correio eletrónico para todas as entidades credenciadas na RTCP.

A este primeiro concurso de apoio à programação, para o quadriénio 2022-2025, concorreram as 61 entidades gestoras dos ECC identificados no [Anexo VII](#), que faz parte integrante do presente relatório (ordenado por NUTSII, NUTSIII e Concelho). A análise estatística por NUTSII, revela uma predominância de candidaturas oriundas das regiões Centro e Norte, sendo os Açores e a Madeira as regiões com menor representação:



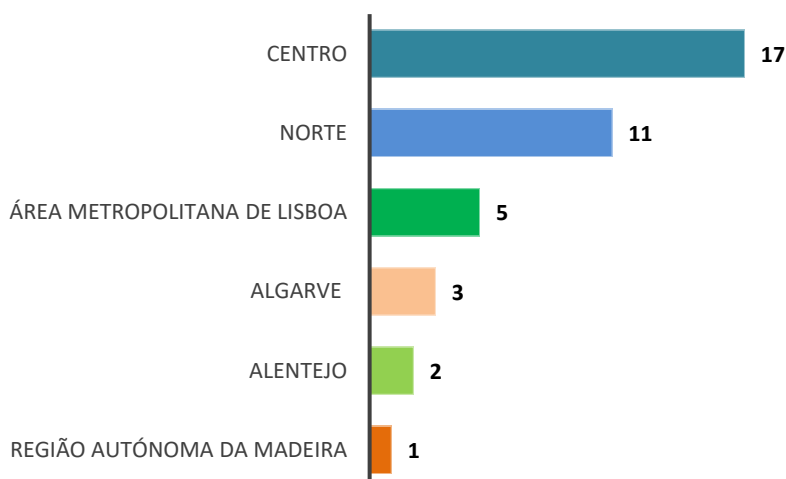
Por sua vez, a distribuição das candidaturas pelos patamares de financiamento, ficou assim definida:

Patamar	Valor	Total de candidaturas	Total anual	Total no quadriénio
A	200.000,00€	18	3.600.000,00 €	14.400.000,00 €
B	150.000,00€	13	1.950.000,00 €	7.800.000,00 €
C	100.000,00€	13	1.300.000,00 €	5.200.000,00 €
D	50.000,00€	17	850.000,00 €	3.400.000,00 €
		61	7.700.000,00 €	30.800.000,00 €

Concluída a verificação das candidaturas, bem como findo o prazo para completar ou suprir deficiências da sua instrução, como decorre do n.º 3 do artigo 17.º do DL 45/2021, foram indeferidas 4 candidaturas, atentos os motivos e fundamentos constantes no [Anexo VIII](#), que faz parte integrante do presente relatório. Como tal, em 25 de janeiro de 2022 foram admitidas 57 candidaturas ao primeiro concurso de apoio à programação da RTCP.

Concluída a análise das candidaturas e concedido o direito de pronúncia ao abrigo de audiência prévia dos interessados, em 16 de abril de 2022, a Coordenadora da CAP apresentou ao Diretor-Geral das Artes, nos termos, justamente, do n.º 4, n.º 7 e n.º 11 do artigo 18.º do DL 45/2021, a decisão final dessa comissão. Subsequentemente e em observância ao disposto no n.º 10 do mesmo DL 45/2021, foi [publicada](#), no Balcão Artes do sítio da DGARTES, a antedita [decisão final](#).

Destarte, foram selecionados para apoio os 39 equipamentos identificados no [Anexo IX](#), que faz parte integrante do presente relatório (ordenado por NUTSII, NUTSIII e Concelho). A análise estatística por NUTSII, revela uma predominância de ECA nas regiões Centro e Norte, sendo a Madeira a região menos representada (a região dos Açores foi a única NUTSII a ficar sem representação).



Adicionalmente, observando por NUTSIII, ficaram sem equipamentos apoiados as regiões do Alentejo Litoral, Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo. Em contrapartida, fizeram o pleno – ou seja, viram selecionada a totalidade dos equipamentos candidatos – as regiões do Alto Alentejo, Beira Baixa, Região de Coimbra, Ave, Cávado, Douro e Região Autónoma da Madeira.

A [autorização](#) para a DGARTES proceder à repartição de encargos referentes aos contratos a celebrar no âmbito do primeiro programa de apoio à programação RTCP, definia o montante global de 24.000.000,00 € (vinte e quatro milhões de euros), não podendo exceder, em cada ano económico, os seguintes montantes:

- Ano de 2022 — 6.000.000,00 € (seis milhões de euros);
- Ano de 2023 — 6.000.000,00 € (seis milhões de euros);
- Ano de 2024 — 6.000.000,00 € (seis milhões de euros);
- Ano de 2025 — 6.000.000,00 € (seis milhões de euros).

Mediante as candidaturas selecionadas, a distribuição de tais encargos resultou na seguinte dotação financeira:

Patamar	Valor	Candidaturas apreciadas	Candidaturas apoiadas	Total anual	Total no quadriénio
A	200.000,00€	16	12	2.400.000,00 €	9.600.000,00 €
B	150.000,00€	13	10	1.500.000,00 €	6.000.000,00 €
C	100.000,00€	13	7	700.000,00 €	2.800.000,00 €
D	50.000,00€	15	10	500.000,00 €	2.000.000,00 €
		57	39	5.100.000,00 €	20.400.000,00 €

Sucedo, porém, que o Município da Guarda informou a DGARTES da sua desistência ao apoio concedido “o Município da Guarda não pretende celebrar contrato escrito com a DGARTES no âmbito da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses” (SIC), conforme seu ofício de 15 de novembro de 2022. Desta feita e considerando que ao Teatro Municipal da Guarda fora atribuído o apoio anual de 200.000,0000 € (duzentos mil euros), equivalente a 800.000,00 € (oitocentos mil euros) no quadriénio, a dotação financeira passou, então, a ser a seguinte:

Patamar	Valor	Candidaturas apreciadas	Candidaturas apoiadas	Total anual	Total no quadriênio
A	200.000,00€	16	11	2.200.000,00 €	8.800.000,00 €
B	150.000,00€	13	10	1.500.000,00 €	6.000.000,00 €
C	100.000,00€	13	7	700.000,00 €	2.800.000,00 €
D	50.000,00€	15	10	500.000,00 €	2.000.000,00 €
		57	38	4.900.000,00 €	19.600.000,00 €

Todavia, tendo em conta que as entidades *Companhia de Teatro de Almada* e *A Escola da Noite* beneficiam, cumulativamente, de financiamento no âmbito do Programa de Apoio Sustentado às Artes, excedendo, por essa via, o valor anual máximo de 450.000,00 € (quatrocentos e cinquenta mil euros) estipulado no n.º 2 do ponto F do [aviso de abertura](#), houve necessidade de reduzir o valor do apoio que lhes fora concedido no âmbito do apoio à programação da RTCP. Como tal, o total anual financiado, durante 2022, cifrou-se em 4.818.192,02 € (quatro milhões oitocentos e dezoito mil cento e noventa e dois euros e dois cêntimos).

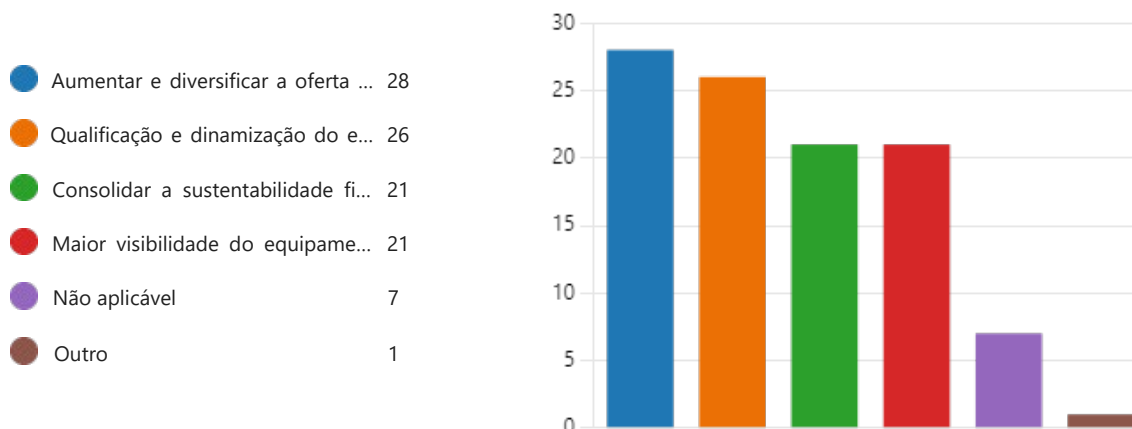
In summa, atualmente a RTCP é composta por 94 ECC, dos quais 38 são, também, ECA no âmbito do programa de apoio à programação. O [mapeamento](#) da sua distribuição territorial revela uma total abrangência nacional por NUTSII, mas, analisando por NUTSIII, verifica-se a ausência da RTCP do Alto Tâmega e de Tâmega e Sousa.

❖ Resultados do inquérito (apoio à programação)

Retomando novamente o inquérito promovido pela DGARTES junto dos ECC (disponível [aqui](#)), os resultados sobre o primeiro concurso de apoio à programação, exibidos entre as questões 18 a 30, revelam que o principal motivo para apresentação de candidatura ao apoio à programação RTCP, prende-se com o desejo de aumentar e diversificar a oferta cultural, seguido – quase a par – pela necessidade de qualificação e dinamização do equipamento. Parece, pois, existir uma correlação entre estes motivos e os enunciados para a credenciação: o aumento de contatos com outros equipamentos, o aumento de parcerias, o aumento da atividade programática e das propostas de entidades artísticas recebidas.

De igual forma, a consolidação da sustentabilidade financeira vai ao encontro do principal motivo para a credenciação: o acesso ao apoio à programação.

Indique o(s) motivo(s) para apresentação de candidatura ao apoio à programação RTCP



❖ Comissão de Acompanhamento

Celebrados os contratos com as entidades apoiadas, no dia 5 de setembro de 2022 a [CAC](#) iniciou as visitas às entidades gestoras dos equipamentos financiados, conforme estipulado no artigo 22º do DL 45/2021. A primeira fase decorreu até 31 de dezembro de 2022, tendo a CAC fiscalizado a observância dos contratos financeiros e a execução dos respetivos planos programáticos, nos ECA indicados no [Anexo X](#), que faz parte integrante do presente relatório (ordenado por data da visita).

Decorrente deste acompanhamento, a CAC elaborou os respetivos 16 relatórios técnicos que avaliaram os parâmetros constantes no [Anexo XI](#), que faz parte integrante do presente relatório. Desses, 15 mereceram parecer positivo, a que corresponde a conclusão “A cumprir de acordo com o planeado”, apresentando-se na página seguinte o resumo dos dados apurados e relativos à avaliação dos parâmetros.

O único parecer negativo da CAC incidiu sobre o ECA *Centro das Artes e do Espectáculo de Sever do Vouga* e a sua entidade gestora *Município de Sever do Vouga*, que, na sua conclusão, refere “Constata-se que o contrato celebrado entre o Município de Sever do Vouga e a DGARTES não está a ser cumprido, nem há intenção do município em seguir os pressupostos orientadores que levaram à celebração do contrato de apoio”. Em resultado, a DGARTES procedeu à notificação de incumprimento do contrato, tendo, entretanto, ocorrido uma reunião para identificar os aspetos a corrigir.

Já em julho de 2023, a DGARTES remeteu novo ofício sobre este tema, aguardando a comprovação das medidas tomadas com vista ao cabal cumprimento do contrato celebrado. Até lá, mantém-se a suspensão dos pagamentos a esta entidade gestora, o que, aliás, se verifica desde novembro de 2022.

CAC – Resultados da avaliação dos parâmetros



A atividade da CAC encontra-se suspensa desde o início de 2023, dado que, no que se refere aos seus elementos especialistas externos, não foi possível obter a autorização do Ministério das Finanças para a assunção da despesa da sua atividade para 2023. Estima-se, contudo, que a CAC retome o seu trabalho de fiscalização a partir de setembro de 2023.

Não obstante, o acompanhamento e apoio às ECA tem sido assegurado internamente na DGARTES, de forma constante, nomeadamente pelo GC designado para o efeito e que também integra a CAC. Por conseguinte e no atinente à gestão dos processos, a comunicação com os ECA é uma prioridade permanente, com o intuito de responder às solicitações de ajustes aos planos de programação, motivadas por contingências contextuais de variadíssima ordem. Refira-se, igualmente, que as equipas da maioria dos ECA não tinham experiência anterior na utilização da plataforma de apoios da DGARTES, o que, naturalmente, suscitou mais dúvidas e exigiu tempo para adaptação. Mas, desde o início de 2023, a situação estabilizou e tem vindo a acentuar essa tendência, pelo que, atualmente, a quantidade de pedidos de alteração em nada se assemelha com os verificados no último semestre de 2022.

PLANO DE VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

A promoção da qualificação dos recursos humanos afetos aos ECC, encontra-se consagrada no conceito da RTCP definido no artigo 3º da Lei 81/2019. Adicionalmente, estipula a parte final do preâmbulo do DL 45/2021 que a implementação de ações de valorização e qualificação dos recursos humanos compete à DGARTES.

Tendo em vista o cumprimento de tal desiderato, no início de 2022 a DGARTES delineou um plano formativo (de ora em diante, designado Plano) com o objetivo de sensibilizar e capacitar as equipas dos ECC (ou de outros equipamentos que possam integrar a rede) através da aquisição de competências técnicas, assim como de planeamento e implementação de estratégias de programação, gestão, financiamento e divulgação no âmbito da produção de atividades artísticas, entendendo o seu contexto de implantação e as consequências na valorização dos agentes, da população e do território.

A operacionalização do Plano requeria, necessariamente, a contratação de uma empresa especializada, pelo que, em 17 de fevereiro de 2022, a DGARTES submeteu ao mercado a aquisição de serviços de formação para a RTCP, através de procedimento por Consulta Prévia, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 16º, conjugado com o previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20º, ambos do [Código dos Contratos Públicos](#). O respetivo [contrato](#) foi celebrado em 7 de abril de 2022 e o Plano iniciou-se em 16 de maio de 2022, tendo sido previamente [divulgado](#) aos ECC, por forma a assegurar o tempo suficiente para o agendamento das inscrições.

O Plano ficou assente numa [componente teórico-prática](#), composta por 13 módulos, dos quais 5 no formato presencial e 8 no formato à distância, calendarizados para 8 meses (posteriormente ajustado para 10 meses) e com sessões a realizar em todas as regiões NUTSII, conforme [Anexo XII](#), que faz parte integrante do presente relatório.

As sessões presenciais decorreram em ECC, ou em equipamentos pertencentes a municípios com ECC, para as quais foram necessárias condições logísticas e técnicas prontamente asseguradas por esses equipamentos. A DGARTES reitera, pois, o agradecimento pela disponibilidade e colaboração aos equipamentos e respetivos municípios que acolheram essas sessões e que contam no [Anexo XIII](#), que faz parte integrante do presente relatório (por ordem alfabética).

A análise estatística deste inédito Plano, disponível numa [infografia](#) preparada e gentilmente cedida pela adjudicatária que o operacionalizou (e que a DGARTES também agradece), revela os seguintes dados:

- **Avaliações gerais**

- Duração: 10 meses (16 de maio de 2022 a 28 de fevereiro de 2023 – última sessão adiada para 21, 22 e 23 de março de 2023)
- Total de módulos: 13
- Total de formadores: 12
- Total de edições realizadas: 87
- Total de edições presenciais realizadas: 34
- Total de edições à distância realizadas: 53
- Média de edições por mês: 9,6
- Total de horas de formação realizadas: 1 064
- Total de teatros e cineteatros da RTCP que participaram: 79

- **Inscrições**

- Total de inscrições: 1 989
- Total de inscrições da RTCP: 1 519 (76%)
- Total de inscrições de teatros e cineteatros não credenciados: 438 (22%)
- Total de inscrições de agentes culturais ou individuais: 32 (1,6%)
- Total de inscritos que não concretizou a sua participação: 548 (27,5%)
- Média de inscrições por teatro ou cineteatro da RTCP: 19
- Média de inscrições por edição de módulos presenciais: 19,8
- Média de inscrições por edição em módulos à distância: 24,8

- **Participantes**

- Total de participantes: 1 441
- Total de participantes de mulheres: 741 (51,4%)
- Média de módulos frequentados por participante: 2,3
- Média de participantes por edição: 16,6
- Total de certificados emitidos: 1 302
- Total de participantes com idade igual ou inferior a 35 anos: 183

- **Avaliação dos participantes**

- Total de avaliadores: 777 (54%)
- Total de participantes que avaliou positivamente os formadores: 772 (99,4%)
- Total de participantes que avaliou negativamente os formadores: 5 (0,7%)
- Total de participantes que avaliou os formadores como excelentes: 565 (72,7%)
- Total de participantes que avaliou os formadores como muito bons: 172 (22,5%)
- Total de participantes que avaliou os formadores como bons: 35 (4,6%)
- Total de participantes que consideraram que a formação foi útil: 761 (97,9%)
- Total de participantes que consideraram que a formação teve impacto positivo nas suas competências: 740 (95,2%)
- Total de participantes que consideraram que as suas expectativas com a formação foram correspondidas: 747 (96,1%)
- Total de participantes que manifestou interesse em participar noutras ações de formação: 473 (60,9%)

A DGARTES destaca, com natural regozijo, a elevada adesão ao Plano (1441 participantes), a avaliação francamente positiva que as formandas e os formandos fizeram sobre a utilidade da formação (97,9%), bem como a perceção que revelaram sobre a importância do Plano nas suas competências (95,2%), indicadores estes que confirmam o bom acolhimento da iniciativa e – ou sobretudo – a necessidade que estes recursos humanos sentem de ações de formação para uma maior capacitação técnica. A DGARTES aproveita o ensejo para afirmar o seu firme propósito de continuar com a valorização e qualificação dos recursos humanos afetos aos ECC, algo que, saliente-se, deu continuidade já este ano com a formação no âmbito do [Programa NEXOS](#), em parceria com o Teatro Nacional D. Maria II (de maio de 2023 a abril de 2024), cujos resultados serão objeto de análise no próximo relatório anual.

Sendo a adesão dos recursos humanos essenciais para a concretização dos objetivos da formação, a DGARTES não pode deixar de ressaltar a necessidade de igual envolvimento por parte das entidades proprietárias e/ou gestoras no pós-formação das suas equipas. Concretamente: na promoção da auscultação das suas opiniões e sugestões que possam aportar valor ao trabalho que quotidianamente desenvolvem em prol da fruição cultural das populações, mas também providenciar, sempre na justa medida das suas possibilidades, ferramentas, materiais e equipamentos condizentes com o atual manancial tecnológico no mercado, para que, desta forma e em conjunto, possam participar na renovação gradual do tecido cultural credenciado e apoiado no âmbito da RTCP.

ATIVIDADES E INICIATIVAS COMPLEMENTARES

A afirmação dos teatros e cineteatros como instituições abertas à sociedade encontra-se elencada nas missões da RTCP, conforme estipula a alínea a) do artigo 4º da Lei 81/2019. Para tal, a DGARTES definiu, como prioridade, a organização de um evento por semestre que congregue, desde logo, os agentes culturais que integram a RTCP e os que ainda não a integram, os artistas e criadores, bem como académicos e especialistas de diferentes áreas, toda esta massa crítica reunida em momentos que potenciem a discussão, a intervenção, a reflexão e o apontar de caminhos que permitam o avanço e a desejada consolidação da RTCP.

Esse primeiro momento ocorreu em 19 de julho de 2022, no Teatro-Cine Torres Vedras, sob a forma de uma conferência subordinada ao tema “[Atuar em Rede: Desafios e Estratégias](#)”, com o objetivo de debater o potencial da RTCP para incrementar a procura e oferta culturais, aumentar as coproduções entre entidades, reforçar a circulação de obras artísticas, fomentar a articulação programática entre equipamentos, envolver agentes culturais e artísticos locais, desenvolver estratégias de mediação e estimular boas práticas na transição digital, sustentabilidade ambiental, inclusão e acessibilidade física, social e intelectual.

O segundo momento, também sob a forma de conferência, ocorreu em 5 de dezembro de 2022 no Centro Cultural Gil Vicente (Município do Sardoal), subordinada ao tema “[Territórios Dinâmicos](#)” e onde foram debatidas questões sobre programar no território, sustentabilidade cultural e comunidades participativas, tendo como fundo o território e suas dinâmicas culturais, multiplicando perspectivas. Desta vez, foi redigido um relato que resume o debate havido e que consta no [Anexo XIV](#), que faz parte integrante do presente relatório.

Ambas as conferências podem ser (re)vistas no [canal Youtube](#) da DGARTES.

O terceiro e mais recente momento decorreu em 5 de maio de 2023, no Centro Cultural e Congressos de Caldas da Rainha, mas não no formato de conferência. Desta vez, a DGARTES decidiu inovar – quiçá, arriscar – e promoveu o encontro “[Diálogos em Rede](#)” com o firme propósito de:

- Incentivar e promover a interação entre criadores apoiados pela DGARTES e programadores de ECC, estabelecendo um diálogo dinâmico, baseado em apresentações e conversas frente a frente que facilitem a troca de conhecimentos e experiências pessoais;
- Potenciar a comunicação como uma ferramenta agregadora, permitindo a quem participa descobrir projetos e interesses comuns, independentemente da sua localização geográfica;
- Reforçar a coesão da rede e a colaboração entre os seus membros;
- Articular dinâmicas de cooperação tendo em vista o concurso de apoio à programação RTCP a em 2023.

Os números gerais deste encontro indicam:

- 261 participantes que realizaram 73 apresentações e concretizaram 447 reuniões;
- Presentes 54 entidades do Norte, 50 do Centro, 88 de Lisboa e Vale do Tejo, 15 do Alentejo, 11 do Algarve e 1 da Madeira.

A julgar pelo [sucesso](#) participativo e, sobretudo, pela [dinâmica](#) que envolveu todo o encontro, este formato será, seguramente, para repetir e sair reforçado com outras características que permitam acolher mais agentes culturais.

Ao Teatro-Cine Torres Vedras, ao Centro Cultural Gil Vicente e ao Centro Cultural e Congressos de Caldas da Rainha, assim como aos respetivos Municípios, a DGARTES reitera o seu agradecimento pelas facilidades concedidas na realização dos referidos eventos.

Igualmente elencada nas missões da RTCP, conforme dispõe a parte final da alínea h) do artigo 4º da Lei 81/2019, a internacionalização dos ECC tem merecido igual atenção por parte da DGARTES, particularmente com a rede congénere espanhola, dada a proximidade, não só geográfica, mas também cultural. Nesse sentido, a [primeira reunião](#) ocorreu em 24 de agosto de 2022, no âmbito da 25ª FERIA de Teatro de Castilla yLeón, em Ciudad Rodrigo (Salamanca, Espanha), em que Portugal foi o país em destaque. A ocasião foi propícia a uma apresentação mútua das redes, suas particularidades e modos de funcionamento, ficando acordado reforçar a cooperação ibérica para a promoção das Artes do Espetáculo.

Por sua vez, em 13 de junho de 2023 e a convite da ARTEMAD – Associação de Empresas Produtoras de Artes do Espectáculo da Comunidade de Madrid, a DGARTES participou nas “I Jornadas de Cooperação Ibérica das Artes do Espectáculo”, no âmbito da MADferia - FERIA de Artes Escénicas de Madrid, cujo principal objetivo foi o de analisar as dificuldades burocráticas e fiscais com que se deparam as entidades artísticas, de ambos os países, na altura de procederem à contratação de espetáculos. Em seguimento, no dia 6 de julho de 2023, a DGARTES reuniu novamente com representantes de La Red Española de Teatros, Auditorios, Circuitos y Festivales de Titularidad Pública, a fim de encontrar possíveis soluções para esta problemática.

As propostas da DGARTES foram também apresentadas na [última reunião](#) havida em 24 de agosto de 2023 à COFAE - Coordinadora de Ferias de Artes Escénicas del Estado e representantes de várias Feiras/Mostras espanholas e ainda da Feira Ibérica do Fundão, mantendo, assim, o intuito de cimentar e potenciar o intercâmbio das artes cénicas ibéricas. A ocasião foi aproveitada para convidar a COFAE a estar presente no próximo encontro entre criadores e programadores nacionais, merecendo, por parte daquela, um especial interesse e agradecimento.

PARCERIAS E COOPERAÇÕES

O conceito e missões da RTCP, têm subjacente a inter-relação desta com entidades externas para que, através de uma relação recíproca para partilha de interesses e objetivos comuns, se consiga manter uma saudável permeabilidade da rede, evitando fechar-se sobre si mesma. Ao invés, o intuito consiste em manter uma permanente abertura à cooperação institucional e social.

Ao nível institucional, a alínea i) do artigo 4º da Lei 81/2019, incute a difusão e a articulação do [PNA](#). Nesse sentido, os seus 6 encontros de apresentação de projetos para a Bienal Cultura e Educação “PICTH_Bienal Cultura e Educação”, ocorridos em 2022 e início de 2023, foram divulgados na RTCP e tiveram a participação dos ECC constantes no [Anexo XV](#), que faz parte integrante do presente relatório. Acresce referir que, já em 2023 e no âmbito da Bienal Cultura e Educação “#1 Retrovisor: uma história do futuro”, foram parceiros do PNA os ECC constantes no [Anexo XVI](#), que faz parte integrante do presente relatório.

De igual forma, a alínea f) do n.º 12 do [Despacho n.º 65/2022](#), de 5 de janeiro, estipula a RTCP como parceira privilegiada do [PNC](#) para a exibição dos filmes que este disponibiliza na sua plataforma de *streaming*. Para o efeito e particularmente para as sessões de cinema escolares, na sua rede de espaços de exibição constam os ECC do [Anexo XVII](#), que faz parte integrante do presente relatório.

Após a interrupção motivada pela pandemia Covid-19, no ano letivo 2022-2023 o PNC ainda logrou concretizar algumas sessões de cinema escolares, tendo as seguintes ocorrido nos equipamentos:

- Theatro Circo - Filme: *A Costa dos Murmúrios*, exibição para o Agrupamento de Escolas Carlos Amarante (Braga), num universo de 400 espetadores (380 alunos e 20 professores);
- Auditório Municipal de Vila Nova de Gaia - Filmes: *Adeus, Lenine* e *Uma Criança como Jake*, exibição para o Agrupamento de Escolas Sophia de Mello Breyner (Vila Nova de Gaia), num universo de 217 espetadores (200 alunos e 17 professores).

Para o novo [ano letivo 2023-2024](#), o PNC espera conseguir retomar as exibições regulares do período pré-pandémico, pelo que será exepetável maior atividade junto dos ECC.

Ainda no atinente à exibição cinematográfica e tendo em conta o requisito legal para as salas de cinema transmitirem eletronicamente dados de bilheteira para o [ICA](#), conforme decorre do [Decreto-Lei n.º 125/2003](#), em 14 de julho de 2023 foi [divulgada na RTCP](#) a colaboração daquele organismo para disponibilizar aos ECC, com a valência de exibição cinematográfica, um sistema informatizado de emissão de bilhetes e de transmissão de dados, a título gratuito. Tal resulta numa oportunidade para esses equipamentos atualizarem os sistemas de bilhética para cumprimento do referido requisito, pelo que, após um primeiro contato por parte do ICA junto dos equipamentos para aferir das condições técnicas, a DGARTES irá acompanhar de perto a evolução dos trabalhos conducentes à atualização dos equipamentos referenciados.

Concluindo esta temática, cuja promoção e circulação da exibição cinematográfica está consagrada nas missões da RTCP, assim como a área do cinema e do audiovisual se enquadra no âmbito de aplicação do programa de apoio à programação dos ECC, desde que excluída uma natureza exclusivamente comercial, conforme dispõe o artigo 3º do DL 45/2021, em 18 de agosto de 2023 os ECC foram informados da possibilidade de [articulação com os cineclubes](#) associados na [FPCC](#), tendo em vista a inclusão do cinema na sua programação cultural, particularmente do cinema nacional. E mesmo para os ECC sem a valência para este tipo de exibição, a maioria destes cineclubes dispõem do necessário equipamento portátil (projektor digital DCP, tela e som) para assegurar as condições necessárias para o efeito, incluindo para o cinema ao ar livre.

Para além da cooperação institucional, a DGARTES verifica, com especial apreço, o interesse que a RTCP suscita na sociedade civil, em geral, e nas entidades ou pessoas que se relacionam com a atividade cultural, em particular. A título de exemplo, vide a [reflexão sobre a RTCP](#) promovida pelo grupo de trabalho [Periferias Centrais](#). Foram praticamente 4 horas de debate e reflexão crítica, com intervenções que nos despertam para outras considerações, entendimentos e olhares, assaz importantes para melhor compreendermos as expetativas sobre a RTCP.

Outro exemplo é uma dissertação de mestrado que decorre na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no âmbito do Curso de Política Cultural Autárquica e para a qual a DGARTES contribuiu através de resposta a um inquérito. A mestranda propõe-se estudar o impacto que a credenciação dos EC Centro de Artes e Espectáculos da Figueira da Foz e Casa das Artes, em Miranda do Corvo, está a ter na programação destes equipamentos, na comunidade artística local e no público em geral. A DGARTES aguarda, com expetativa, os resultados e conclusões obtidos por este estudo académico.

A atenção que a RTCP merece da sociedade civil é, pois, um fator de aprendizagem para a DGARTES. Mas também de alerta. Atente-se, a este propósito, a preocupação suscitada pela necessidade dos ECC garantirem as condições de acessibilidade física, social e intelectual ao público, aos artistas e aos técnicos, conforme dispõe o n.º 4 do artigo 7º da Port 106/2021. Comungando dessa preocupação, em 6 de outubro de 2021 a DGARTES distribuiu pelos ECC um manual de boas práticas gentilmente disponibilizado pela [Acesso Cultura-Associação Cultural](#), com vista à elaboração de um plano de acessibilidade e de diagnóstico de cada EC para fazer à capacidade de responder às necessidades das pessoas com deficiência ou incapacidade, uma missão fulcral da RTCP. Complementarmente e ainda em estreita colaboração com a mesma entidade, no dia 12 de outubro de 2021 a DGARTES promoveu o *webinar* com o tema “Deficiência e gestão cultural”, tendo assistido 123 participantes em representação de 61 ECC.

Considerando a sensibilidade deste assunto e o impacto que tem na vida de muitas pessoas, os [alertas recebidos](#) são sempre tidos em conta e não ficam inconsequentes. Pelo contrário, sobre a particularidade das acessibilidades, para além de pedido de esclarecimento direto aos visados, a DGARTES, em conformidade com o previsto no n.º 1 do artigo 17º da Lei 81/2019, faz saber junto da IGAC as queixas relativas a eventuais irregularidades no cumprimento da legislação, sem que, até ao momento, esta tenha confirmado incumprimentos por qualquer ECC. E para reforçar a importância do estrito cumprimento da Lei n.º 46/2006, de 28 de agosto, e nas Normas Técnicas de Acessibilidade aprovadas em anexo do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, o Plano de Valorização e Qualificação de Recursos Humanos, levado a cabo pela DGARTES, incluiu o “Módulo F - Um Teatro e uma Programação Acessíveis”, exclusivamente dedicado a este tema, cuja continuidade será assegurada pelo Módulo “[Públicos com Necessidades Específicas](#)”, já no âmbito do [Programa NEXOS](#). De salientar, ainda, que a CAC procede à avaliação das condições de acessibilidade aquando das visitas técnicas que faz aos ECA, reiterando, desta forma, a importância que a DGARTES atribui ao assunto.

Coincidindo com o tema e respondendo ao repto da [Acess Lab](#), no final de outubro de 2022 a DGARTES enviou um ofício a todos os ECC convidando-os a aderir à disponibilização gratuita do bilhete para a pessoa acompanhante de pessoa com deficiência, eliminando, desta forma, uma possível barreira no direito à fruição cultural dessas pessoas. Os ECC que já aderiram, após as necessárias alterações ao regulamento interno e sistema de bilhética, são os constantes no [Anexo XVIII](#), que faz parte integrante do presente relatório.

Por fim, atenta a necessidade de consolidar o cumprimento das condições de acessibilidade, de dar continuidade às sessões de formação sobre o tema e, naturalmente, auxiliar os ECC no seu auto diagnóstico sobre esta matéria, no passado dia 12 de maio de 2023, a DGARTES reuniu com a [EMPA](#), a fim de delinear um programa de trabalho para o estabelecimento de uma parceria e cuja minuta está a ser ultimada. Entretanto e após informação recebida da EMPA, no passado dia 25 de agosto de 2023 a DGARTES divulgou na RTCP a publicação do [2º Aviso do Programa de Intervenção nos Edifícios Públicos](#) (PIEP), cujas candidaturas decorrerão entre 30/08/2023 e 30/09/2023. O PIEP visa a promoção da acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada no acesso aos serviços públicos, mediante aplicação das Normas Técnicas de Acessibilidade previstas em Anexo ao Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, na sua redação atual, e tem o objetivo de apoiar a intervenção em, pelo menos, 1.500 edifícios públicos.

CONCLUSÃO E AGRADECIMENTOS

Tal como dispõe o enquadramento legal da RTCP, a credenciação de um EC consiste na avaliação e no reconhecimento oficial da sua qualidade, por forma a garantir o cumprimento de padrões de rigor e de qualidade no exercício das respetivas atividades culturais e artísticas. Para o efeito, a RTCP tem por base uma visão estratégica assente na proximidade e articulação do Estado central com as autarquias locais e as entidades independentes e no incremento da coesão territorial, pelo que o procedimento de credenciação apresenta um caráter inclusivo, considerando, de forma criteriosa, a diversidade e heterogeneidade de tipologias estruturais, modelos de gestão e recursos existentes no panorama nacional.

A implementação de uma política cultural sustentada e de proximidade, como tal, assenta na descentralização e desconcentração territoriais, de modo a incentivar o mais amplo acesso às artes, algo há muito exigido pelo setor artístico, pelas autarquias e pelos cidadãos. Uma rede estruturada que incrementa o alcance e qualidade democráticos das políticas públicas de financiamento para a cultura, constitui, assim, um processo gradativo, contínuo e dinâmico, numa lógica inclusiva que, de forma criteriosa e atendendo às condições de referência definidas para a credenciação, abrange equipamentos com tipologias, dimensões, recursos, estruturas organizacionais e modelos de gestão diferenciados e heterogéneos disseminados pelo país, passando estes a dispor da possibilidade de candidatura ao programa de apoio, visando a sua sustentabilidade financeira em prol da valorização do território, acessibilidade dos públicos e combate às assimetrias regionais.

A implementação e definitiva consolidação da RTCP, por manifesta evidência, não depende exclusivamente da DGARTES. Antes pelo contrário. Desde logo, porque a adesão a esta rede é voluntária, dependendo, portanto, da iniciativa das entidades proprietárias dos EC, na sua larga maioria municipais. Concomitantemente, o pleno funcionamento em rede pressupõe uma efetiva articulação com a programação de outros ECC, traduzindo-se, por sua vez, no aumento da circulação de obras artísticas e no aumento das coproduções entre entidades artísticas, tendo por fundo uma programação que fomente a democratização do acesso à cultura, a correção de assimetrias e, ainda, a coesão territorial e o desenvolvimento das populações.

O garantir da implantação geográfica abrangente e equitativa da RTCP, como tal, só poderá ser alcançado com a ativa participação e colaboração de todos os agentes culturais que a integram, mas também com a proximidade e intervenção dos que, não a integrando, com ela se relacionam, independentemente da sua atividade e objetivos. A todos – sem exceção – que contribuem para o crescimento e constante aperfeiçoamento da RTCP, a DGARTES endereça o seu sincero agradecimento.

ANEXOS

ANEXO I - Entidades que pediram credenciação em 2021

Nuts II	Nuts III	Concelho	Entidade proprietária	Equipamento cultural
Alentejo	Alentejo Central	Estremoz	Município de Estremoz	Teatro Bernardim Ribeiro
	Alentejo Central	Évora	Baía dos Sons Produções Culturais Lda	Armazém 8 Casa das Artes
	Alentejo Central	Évora	Município de Évora	Teatro Garcia de Resende
	Alentejo Central	Borba	Município de Borba	Cineteatro de Borba
	Alentejo Central	Montemor-o-Novo	Município de Montemor-o-Novo	Cineteatro Curvo Semedo
	Alentejo Central	Portel	Município de Portel	Auditório Municipal de Portel
	Alentejo Litoral	Grândola	Município de Grândola	Auditório Municipal - Cine Granadeiro
	Alto Alentejo	Arronches	Município de Arronches	Auditório do Centro Cultural de Arronches
	Alto Alentejo	Portalegre	Município de Portalegre	Centro de Artes do Espectáculo de Portalegre
	Baixo Alentejo	Beja	Município de Beja	Pax Julia - Teatro Municipal
	Baixo Alentejo	Ourique	Município de Ourique	Cine Teatro Sousa Telles
	Baixo Alentejo	Serpa	Município de Serpa	Musibéria
	Lezíria do Tejo	Santarém	Município de Santarém	Teatro Sá da Bandeira
	Algarve	Algarve	Faro	Cruz Vermelha Portuguesa
Algarve		Faro	Teatro Municipal de Faro - Serviços Municipalizados	Teatro das Figuras
Algarve		Lagoa	Município de Lagoa	Auditório Carlos do Carmo
Algarve		Lagos	Município de Lagos	Centro Cultural de Lagos
Algarve		Loulé	Município de Loulé	Cineteatro Louletano
Algarve		Portimão	Município de Portimão	TEMPO - Teatro Municipal de Portimão
	Área Metropolitana de Lisboa	Alcochete	Município de Alcochete	Fórum Cultural de Alcochete
	Área Metropolitana de Lisboa	Almada	Município de Almada	Teatro Municipal Joaquim Benite

Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Barreiro	Município do Barreiro	Audatório Municipal Augusto Cabrita
	Área Metropolitana de Lisboa	Lisboa	Teatro Ibérico - Centro de Cultura e Pesquisa de Arte Teatral	Teatro Ibérico
	Área Metropolitana de Lisboa	Mafra	Município de Mafra	Audatório Municipal Beatriz Costa
	Área Metropolitana de Lisboa	Moita	Município da Moita	Fórum Cultural José Manuel Figueiredo
	Área Metropolitana de Lisboa	Montijo	Município do Montijo	Cinema Teatro Joaquim de Almeida
	Área Metropolitana de Lisboa	Oeiras	Município de Oeiras	Teatro Municipal Amélia Rei Colaço
	Área Metropolitana de Lisboa	Oeiras	Município de Oeiras	Teatro Independente de Oeiras
	Área Metropolitana de Lisboa	Palmela	Município de Palmela	Cine Teatro São João
	Área Metropolitana de Lisboa	Sesimbra	Município de Sesimbra	Cineteatro Municipal João Mota
	Área Metropolitana de Lisboa	Setúbal	Município de Setúbal	Fórum Municipal Luísa Todi
	Área Metropolitana de Lisboa	Setúbal	Cooperativa Cultural Espaço das Águncheiras	Aguncheiras - teatro ao ar livre
Centro	Beira Baixa	Idanha-a-Nova	Município de Idanha-a-Nova	Centro Cultural Raiano
	Beiras e Serra da Estrela	Fundão	Município do Fundão	A Moagem- Cidade do Engenho e das Artes
	Beiras e Serra da Estrela	Gouveia	Município de Gouveia	Teatro Cine de Gouveia
	Beiras e Serra da Estrela	Guarda	Município da Guarda	Teatro Municipal da Guarda
	Beiras e Serra da Estrela	Seia	Município de Seia	Casa Municipal da Cultura de Seia
	Médio Tejo	Alcanena	Município de Alcanena	Cine-Teatro São Pedro
	Médio Tejo	Ourém	Município de Ourém	Teatro Municipal de Ourém
	Médio Tejo	Sardoal	Município de Sardoal	Centro Cultural Gil Vicente
	Médio Tejo	Tomar	Município de Tomar	Cine-teatro Paraíso
	Médio Tejo	Torres Novas	Município de Torres Novas	Teatro Virgínia
	Oeste	Caldas da Rainha	Município das Caldas da Rainha	Centro Cultural e de Congressos das Caldas da Rainha
	Oeste	Sobral de Monte Agraço	Município de Sobral de Monte Agraço	Cine-teatro de Sobral de Monte Agraço

Centro	Oeste	Torres Vedras	Município de Torres Vedras	Teatro-Cine de Torres Vedras
	Região de Aveiro	Águeda	Município de Águeda	Centro de Artes de Águeda
	Região de Aveiro	Albergaria-a-Velha	Município de Albergaria-a-Velha	Cineteatro Alba
	Região de Aveiro	Aveiro	Município de Aveiro	Teatro Aveirense
	Região de Aveiro	Estarreja	Município Estarreja	Cine-Teatro de Estarreja
	Região de Aveiro	Ílhavo	Município de Ílhavo	Casa da Cultura de Ílhavo
	Região de Aveiro	Oliveira do Bairro	Município de Oliveira do Bairro	Quartel das Artes
	Região de Aveiro	Ovar	Município de Ovar	Centro de Arte de Ovar
	Região de Aveiro	Sever do Vouga	Município de Sever do Vouga	Centro das Artes e do Espectáculo de Sever do Vouga
	Região de Coimbra	Coimbra	Município de Coimbra	Oficina Municipal do Teatro
	Região de Coimbra	Coimbra	Município de Coimbra	Convento São Francisco
	Região de Coimbra	Coimbra	Município de Coimbra	Teatro da Cerca de São Bernardo
	Região de Coimbra	Coimbra	Universidade de Coimbra	Teatro Académico de Gil Vicente
	Região de Coimbra	Figueira da Foz	Município da Figueira da Foz	Centro de Artes e Espetáculos da Figueira da Foz
	Região de Leiria	Leiria	Município de Leiria	Teatro José Lúcio da Silva
	Região de Leiria	Leiria	Município de Leiria	Teatro Miguel Franco
	Região de Leiria	Pombal	Município de Pombal	Teatro-Cine de Pombal
	Viseu Dão Lafões	Santa Comba Dão	Município de Santa Comba Dão	Casa da Cultura de Santa Comba Dão
	Viseu Dão Lafões	Tondela	Associação Cultural e Recreativa de Tondela	Novo Ciclo Acert - Centro de Recursos Culturais e de Desenvolvimento Regional de Tondela
	Viseu Dão Lafões	Viseu	Município de Viseu	Teatro Viriato
Viseu Dão Lafões	Vouzela	Município de Vouzela	Cine Teatro João Ribeiro	
Norte	Alto Minho	Monção	Município de Monção	Cine Teatro João Verde
	Alto Minho	Paredes de coura	Município de Paredes de Coura	Centro Cultural de Paredes de Coura
	Alto Minho	Ponte de Lima	Município de Ponte de Lima	Teatro Diogo Bernardes

Norte	Alto Minho	Viana do Castelo	Município de Viana do Castelo	Teatro Municipal Sá de Miranda
	Área Metropolitana do Porto	Espinho	Academia de Música de Espinho	Auditório de Espinho Academia
	Área Metropolitana do Porto	Matosinhos	Município de Matosinhos	Teatro Municipal de Matosinhos Constantino Nery
	Área Metropolitana do Porto	Porto	Associação Amigos do Coliseu do Porto	Coliseu Porto Ageas
	Área Metropolitana do Porto	Póvoa de Varzim	Município da Póvoa de Varzim	Cine-Teatro Garrett
	Área Metropolitana do Porto	Santa Maria da Feira	Município de Santa Maria da Feira	Cineteatro António Lamoso
	Área Metropolitana do Porto	São João da Madeira	Município de S. João da Madeira	Casa da Criatividade
	Área Metropolitana do Porto	Vila Nova de Gaia	Município de Vila Nova de Gaia	Auditório Municipal de Gaia
	Ave	Fafe	Município de Fafe	Teatro-Cinema de Fafe
	Ave	Guimarães	Município de Guimarães	Centro Cultural Vila Flor
	Ave	Vila Nova de Famalicão	Município de Vila Nova de Famalicão	Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão
	Tâmega e Sousa	Amarante	Associação de Beneficência de Vila Meã	Cine Teatro Raimundo Magalhães
	Cávado	Barcelos	Município de Barcelos	Theatro Gil Vicente
	Cávado	Braga	Município de Braga	gnration
	Cávado	Braga	Teatro Circo de Braga, EM, S.A.	Theatro Circo
	Douro	Lamego	Município de Lamego	Teatro Ribeiro Conceição
Douro	Vila Real	Município de Vila Real	Teatro Municipal de Vila Real	
Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Funchal	Teatro Municipal Baltazar Dias/ Município do Funchal	Teatro Municipal Baltazar Dias
Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Angra do Heroísmo	Direção Regional da Cultura dos Açores	Arquipélago - Centro de Artes Contemporâneas
	Região Autónoma dos Açores	Ponta Delgada	Sociedade de Promoção e Dinamização de Eventos Culturais, Sociais e Recreativos, E.M., S.A.	Coliseu Micaelense

[\(voltar à citação\)](#)

ANEXO II - Entidades Credenciadas em 2021

Equipamento cultural	Entidade proprietária	Concelho	Data de homologação da MC	Publicação em DR
A Moagem- Cidade do Engenho e das Artes	Município do Fundão	Fundão	Despacho 812/DSAA 09-09-2021	Aviso n.º 20202/2021
Armazém 8 Casa das Artes	Baía dos Sons Produções Culturais Lda	Évora	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	
Auditório Carlos do Carmo	Município de Lagoa	Lagoa	Despacho 812/DSAA 09-09-2021	
Auditório de Espinho Academia	Academia de Música de Espinho	Espinho	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	
Auditório do Centro Cultural de Arronches	Município de Arronches	Arronches	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	
Auditório Municipal - Cine Granadeiro	Município de Grândola	Grândola	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	
Auditório Municipal Augusto Cabrita	Município do Barreiro	Barreiro	Despacho 812/DSAA 09-09-2021	
Auditório Municipal Beatriz Costa	Município de Mafra	Mafra	Despacho 812/DSAA 09-09-2021	
Auditório Municipal de Gaia	Município de Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	
Auditório Municipal de Portel	Município de Portel	Portel	Despacho 812/DSAA 09-09-2021	
Casa da Criatividade	Município de S. João da Madeira	São João da Madeira	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	
Casa da Cultura de Ílhavo	Município de Ílhavo	Ílhavo	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	
Casa da Cultura de Santa Comba Dão	Município de Santa Comba Dão	Santa Comba Dão	Despacho 812/DSAA 09-09-2021	
Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão	Município de Vila Nova de Famalicão	Vila Nova de Famalicão	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	
Casa Municipal da Cultura de Seia	Município de Seia	Seia	Despacho 812/DSAA 09-09-2021	
Centro Cultural de Lagos	Município de Lagos	Lagos	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	
Centro Cultural de Paredes de Coura	Município de Paredes de Coura	Paredes de coura	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	
Centro Cultural e de Congressos das Caldas da Rainha	Município das Caldas da Rainha	Caldas da Rainha	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	
Centro Cultural Gil Vicente	Município de Sardoal	Sardoal	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	
Centro Cultural Olga Cadaval	Município de Sintra	Sintra	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	

Centro Cultural Raiano	Município de Idanha-a-Nova	Idanha-a-Nova	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021
Centro Cultural Vila Flor	Município de Guimarães	Guimarães	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021
Centro das Artes e do Espectáculo de Sever do Vouga	Município de Sever do Vouga	Sever do Vouga	Despacho 812/DSAA 09-09-2021
Centro de Arte de Ovar	Município de Ovar	Ovar	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021
Centro de Artes de Águeda	Município de Águeda	Águeda	Despacho 812/DSAA 09-09-2021
Centro de Artes do Espectáculo de Portalegre	Município de Portalegre	Portalegre	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021
Centro de Artes e Espectáculos da Figueira da Foz	Município da Figueira da Foz	Figueira da Foz	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021
Cine Teatro João Verde	Município de Monção	Monção	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021
Cine Teatro São João	Município de Palmela	Palmela	Despacho 812/DSAA 09-09-2021
Cine Teatro Sousa Telles	Município de Ourique	Ourique	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021
Cinema Teatro Joaquim de Almeida	Município do Montijo	Montijo	Despacho 812/DSAA 09-09-2021
Cineteatro Alba	Município de Albergaria-a-Velha	Albergaria-a-Velha	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021
Cineteatro António Lamoso	Município de Santa Maria da Feira	Santa Maria da Feira	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021
Cineteatro Curvo Semedo	Município de Montemor-o-Novo	Montemor-o-Novo	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021
Cine-Teatro de Estarreja	Município Estarreja	Estarreja	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021
Cine-Teatro Garrett	Município da Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	Despacho 812/DSAA 09-09-2021
Cineteatro Louletano	Município de Loulé	Loulé	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021
Cineteatro Municipal João Mota	Município de Sesimbra	Sesimbra	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021
Cine-teatro Paraíso	Município de Tomar	Tomar	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021
Cine-Teatro São Pedro	Município de Alcanena	Alcanena	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021
Coliseu Micaelense	Sociedade de Promoção e Dinamização de Eventos Culturais, Sociais e Recreativos, E.M., S.A.	Ponta Delgada	Despacho 812/DSAA 09-09-2021
Coliseu Porto Ageas	Associação Amigos do Coliseu do Porto	Porto	Despacho 812/DSAA 09-09-2021
Convento São Francisco	Município de Coimbra	Coimbra	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021

[Aviso n.º 20202/2021](#)

Fórum Cultural de Alcochete	Município de Alcochete	Alcochete	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	Aviso n.º 20202/2021
Fórum Cultural José Manuel Figueiredo	Município da Moita	Moita	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	
Fórum Municipal Luísa Todi	Município de Setúbal	Setúbal	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	
gnration	Município de Braga	Braga	Despacho 812/DSAA 09-09-2021	
Musibéria	Município de Serpa	Serpa	Despacho 812/DSAA 09-09-2021	
Novo Ciclo Acert - Centro de Recursos Culturais e de Desenvolvimento Regional de Tondela	Associação Cultural e Recreativa de Tondela	Tondela	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	
Oficina Municipal do Teatro	Município de Coimbra	Coimbra	Despacho 812/DSAA 09-09-2021	
Pax Julia - Teatro Municipal	Município de Beja	Beja	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	
Quartel das Artes	Município de Oliveira do Bairro	Oliveira do Bairro	Despacho 812/DSAA 09-09-2021	
Teatro Académico de Gil Vicente	Universidade de Coimbra	Coimbra	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	
Teatro Aveirense	Município de Aveiro	Aveiro	Despacho 812/DSAA 09-09-2021	
Teatro Bernardim Ribeiro	Município de Estremoz	Estremoz	Despacho 812/DSAA 09-09-2021	
Teatro Cine de Gouveia	Município de Gouveia	Gouveia	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	
Teatro da Cerca de São Bernardo	Município de Coimbra	Coimbra	Despacho 812/DSAA 09-09-2021	
Teatro das Figuras	Teatro Municipal de Faro - Serviços Municipalizados	Faro	Despacho 812/DSAA 09-09-2021	
Teatro Diogo Bernardes	Município de Ponte de Lima	Ponte de Lima	Despacho 812/DSAA 09-09-2021	
Teatro Garcia de Resende	Município de Évora	Évora	Despacho 812/DSAA 09-09-2021	
Teatro Independente de Oeiras	Município de Oeiras	Oeiras	Despacho 812/DSAA 09-09-2021	
Teatro José Lúcio da Silva	Município de Leiria	Leiria	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	
Teatro Lethes	Cruz Vermelha Portuguesa	Faro	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	
Teatro Miguel Franco	Município de Leiria	Leiria	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	
Teatro Municipal Baltazar Dias	Município do Funchal	Funchal	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	
Teatro Municipal da Guarda	Município da Guarda	Guarda	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	

Teatro Municipal de Matosinhos Constantino Nery	Município de Matosinhos	Matosinhos	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	Aviso n.º 20202/2021
Teatro Municipal de Ourém	Município de Ourém	Ourém	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	
Teatro Municipal de Vila Real	Município de Vila Real	Vila Real	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	
Teatro Municipal Joaquim Benite	Município de Almada	Almada	Despacho 812/DSAA 09-09-2021	
Teatro Municipal Sá de Miranda	Município de Viana do Castelo	Viana do Castelo	Despacho 812/DSAA 09-09-2021	
Teatro Ribeiro Conceição	Município de Lamego	Lamego	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	
Teatro Sá da Bandeira	Município de Santarém	Santarém	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	
Teatro Virgínia	Município de Torres Novas	Torres Novas	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	
Teatro Viriato	Município de Viseu	Viseu	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	
Teatro-Cine de Pombal	Município de Pombal	Pombal	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	
Teatro-Cine de Torres Vedras	Município de Torres Vedras	Torres Vedras	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	
Teatro-Cinema de Fafe	Município de Fafe	Fafe	Despacho 812/DSAA 09-09-2021	
TEMPO - Teatro Municipal de Portimão	Município de Portimão	Portimão	Despacho 812/DSAA 09-09-2021	
Theatro Circo	Teatro Circo de Braga, EM, S.A.	Braga	Despacho 740/DSAA/2021 19-08-2021	
Theatro Gil Vicente	Município de Barcelos	Barcelos	Despacho 812/DSAA 09-09-2021	

[\(voltar à citação\)](#)

ANEXO III - Pedidos indeferidos em 2021

Equipamento cultural	Entidade proprietária	Concelho	Motivo do indeferimento	Fundamento	Diploma	Data de homologação
Aguncheiras - teatro ao ar livre	Cooperativa Cultural Espaço das Águncheiras	Setúbal	Deficiências na instrução (falta de documentação)	n.º 2 do Artigo 12º	Lei 81/2019	06-09-2021 (do SDG)
Arquipélago - Centro de Artes Contemporâneas	Direção Regional da Cultura dos Açores	Angra do Heroísmo	Desenquadramento da missão	alínea c) do artigo 4.º		12-10-2021 (da MC)
Cine Teatro João Ribeiro	Município de Vouzela	Vouzela	Recursos humanos (incumprimento de funções)	subalínea i) da alínea c) do Artigo 4º	Port 106/2021	12-10-2021 (da MC)
Cine Teatro Raimundo Magalhães	Associação de Beneficência de Vila Meã	Amarante	Recursos humanos (incumprimento de funções)	subalínea i) da alínea c) do Artigo 4º		12-10-2021 (da MC)
Cineteatro de Borba	Município de Borba	Borba	Deficiências na instrução (falta de documentação)	n.º 2 do Artigo 12º	Lei 81/2019	06-09-2021 (do SDG)
Cine-teatro de Sobral de Monte Agraço	Município de Sobral de Monte Agraço	Sobral de Monte Agraço	Recursos humanos (incumprimento de funções)	subalínea i) da alínea c) do Artigo 4º		12-10-2021 (da MC)
Teatro Ibérico	Teatro Ibérico - Centro de Cultura e Pesquisa de Arte Teatral	Lisboa	Deficiências na instrução (entidade não proprietária)	n.º 2 do Artigo 3º	Port 106/2021	06-09-2021 (do SDG)
Teatro Municipal Amélia Rei Colaço	Município de Oeiras	Oeiras	Acesso público (incumprimento)	subalínea iii) da alínea c) do artigo 4º		12-10-2021 (da MC)

[\(voltar à citação\)](#)

ANEXO IV - Entidades que pediram credenciação em 2022 e 2023

Nuts II	Nuts III	Concelho	Entidade proprietária	Equipamento cultural
Alentejo	Alentejo Central	Évora	Sociedade Operária de Instrução e Recreio Joaquim António de Aguiar	Audatório Soror Mariana
	Alentejo Central	Mora	Município de Mora	Casa da Cultura de Mora
	Alentejo Litoral	Odemira	Município de Odemira	Cineteatro Camacho Costa
	Alto Alentejo	Alter do Chão	Município de Alter do Chão	Cineteatro Municipal de Alter do Chão
	Alto Alentejo	Castelo de Vide	Município de Castelo de Vide	Cine-Teatro Mouzinho da Silveira
	Alto Alentejo	Ponte de Sor	Município de Ponte de Sor	Teatro Cinema de Ponte de Sor
	Lezíria do Tejo	Benavente	Município de Benavente	Cine-Teatro de Benavente
	Lezíria do Tejo	Cartaxo	Município do Cartaxo	Centro Cultural Município do Cartaxo
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Lisboa	Miso Music Portugal Associação Cultural	O'culto da Ajuda
	Área Metropolitana de Lisboa	Odivelas	Município de Odivelas	Centro Cultural da Malaposta
Centro	Beira Baixa	Castelo Branco	Município de Castelo Branco	Cine-Teatro Avenida
	Beiras e Serra da Estrela	Covilhã	Município da Covilhã	Teatro Municipal da Covilhã
	Oeste	Alcobaça	Município de Alcobaça	Cine-Teatro de Alcobaça João D'Oliva Monteiro
	Oeste	Sobral de Monte Agraço	Município de Sobral de Monte Agraço	Cine-Teatro de Sobral de Monte Agraço
	Região de Coimbra	Miranda do Corvo	Município de Miranda do Corvo	Casa das Artes
	Região de Leiria	Marinha Grande	Município da Marinha Grande	Casa da Cultura Teatro Stephens
	Viseu Dão Lafões	Carregal do Sal	Município de Carregal do Sal	Centro Cultural de Carregal do Sal
Norte	Alto Minho	Caminha	Município de Caminha	Valadares Teatro Municipal
	Área Metropolitana do Porto	Matosinhos	Grupo Dramático e Musical Flor de Infesta	Grupo Dramático e Musical Flor de Infesta
	Ave	Mondim de Basto	Município de Mondim de Basto	Favo das Artes – Casa da Cultura
	Alto Tâmega	Chaves	Teatro Experimental Flaviense	Cine Teatro Bento Martins

Norte	Tâmega e Sousa	Amarante	Município de Amarante	Cineteatro de Amarante
	Douro	Torre de Moncorvo	Município de Torre de Moncorvo	Cineteatro Torre de Moncorvo
	Terras de Trás os Montes	Macedo de Cavaleiros	Município de Macedo de Cavaleiros	Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros
	Terras de Trás os Montes	Mirandela	Município de Mirandela	Centro Cultural de Mirandela

[\(voltar à citação\)](#)

ANEXO V - Entidades Credenciadas em 2022 e 2023

Equipamento cultural	Entidade proprietária	Concelho	Data de homologação do MC	Publicação em DR
Casa das Artes	Município de Miranda do Corvo	Miranda do Corvo	Despacho N.º 26/2023/MC 06-02-2023	Aviso n.º 4105/2023
Casa da Cultura Teatro Stephens	Município da Marinha Grande	Marinha Grande	Despacho N.º 181/2023/MC 26-07-2023	Aviso n.º 16358/2023
Centro Cultural da Malaposta	Município de Odivelas	Odivelas		
Centro Cultural de Carregal do Sal	Município de Carregal do Sal	Carregal do Sal	Despacho N.º 205/2022/MC 04-11-2022	Aviso n.º 202024/2022
Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros	Município de Macedo de Cavaleiros	Macedo de Cavaleiros	Despacho N.º 156/2023/MC 26-06-2023	Aviso n.º 14923/2023
Cineteatro Torre de Moncorvo	Município de Torre de Moncorvo	Torre de Moncorvo		
Cine-Teatro Avenida	Município de Castelo Branco	Castelo Branco	Despacho N.º 181/2023/MC 26-07-2023	Aviso n.º 16358/2023
Cine-Teatro de Alcobaça João D'Oliva Monteiro	Município de Alcobaça	Alcobaça		
Cine-Teatro de Benavente	Município de Benavente	Benavente	Despacho N.º 205/2022/MC 04-11-2022	Aviso n.º 202024/2022
Cine-Teatro Mouzinho da Silveira	Município de Castelo de Vide	Castelo de Vide	Despacho N.º 181/2023/MC 26-07-2023	Aviso n.º 16358/2023
Cine-Teatro de Sobral de Monte Agraço	Município de Sobral de Monte Agraço	Sobral de Monte Agraço	Despacho N.º 205/2022/MC 04-11-2022	Aviso n.º 202024/2022
Favo das Artes	Município de Município de Mondim de Basto	Município de Mondim de Basto	Despacho N.º 156/2023/MC 26-06-2023	Aviso n.º 14923/2023
Teatro Municipal da Covilhã	Município da Covilhã	Covilhã	Despacho N.º 181/2023/MC 26-07-2023	Aviso n.º 16358/2023

[\(voltar à citação\)](#)

ANEXO VI - Pedidos indeferidos em 2022 e 2023

Equipamento cultural	Entidade proprietária	Concelho	Motivo do indeferimento	Fundamento	Diploma	Data de homologação
Auditório Soror Mariana	Sociedade Operária de Instrução e Recreio Joaquim António de Aguiar	Évora	Deficiências na instrução (entidade não proprietária)	n.º 2 do Artigo 3º	Port 106/2021	Despacho N.º 181/2023/MC 26-07-2023
Casa da Cultura de Mora	Município de Mora	Mora	Deficiências na instrução (falta de documentação)	n.º 2 do Artigo 12º	Lei 81/2019	07-07-2023 (do DG)
Cineteatro de Amarante	Município de Amarante	Amarante	Atividade regular (incumprimento)	alínea b) do artigo 4º	Port 106/2021	Despacho N.º 181/2023/MC 26-07-2023
Cineteatro Camacho Costa	Município de Odemira	Odemira	Deficiências na instrução (falta de documentação)	n.º 2 do Artigo 12º	Lei 81/2019	16-09-2022 (do DG)
Cineteatro Municipal de Alter do Chão	Município de Alter do Chão	Alter do Chão	Recursos humanos (incumprimento de funções)	subalínea i) da alínea c) do artigo 4º	Port 106/2021	11-08-2023 (do DG)
			Instalações e equipamentos (documento de propriedade)	subalínea ii) da alínea c) do artigo 4º		
			Acesso público (incumprimento)	subalínea iii) da alínea c) do artigo 4º		
Cine-Teatro Bento Martins	Teatro Experimental Flaviense	Chaves	Recursos humanos (sem vínculo contratual)	n.º 6 do Artigo 5º	Port 106/2021	Despacho N.º 205/2022/MC 04-11-2022
Centro Cultural de Mirandela	Município de de Mirandela	Mirandela	Deficiências na instrução (falta de documentação)	n.º 2 do Artigo 12º	Lei 81/2019	07-07-2023 (do DG)
Centro Cultural Município do Cartaxo	Município do Cartaxo	Cartaxo	Recursos humanos (incumprimento de funções)	subalínea i) da alínea c) do artigo 4º	Port 106/2021	Despacho N.º 181/2023/MC 26-07-2023
			Acesso público (incumprimento)	subalínea iii) da alínea c) do artigo 4º		
Grupo Dramático e Musical Flor de Infesta	Grupo Dramático e Musical Flor de Infesta	Matosinhos	Deficiências na instrução (falta de documentação)	n.º 2 do Artigo 12º	Lei 81/2019	24-03-2023 (do DG)
O'culto da Ajuda	Miso Music Portugal Associação Cultural	Lisboa				20-01-2023 (do DG)
Teatro Cinema de Ponte de Sor	Município de Ponte de Sor	Ponte de Sor	Recursos humanos (incumprimento de funções)	subalínea i) da alínea c) do artigo 4º	Port 106/2021	11-08-2023 (do DG)
			Acesso público (incumprimento)	subalínea iii) da alínea c) do artigo 4º		
Valadares Teatro Municipal	Município de Caminha	Caminha	Acesso público (incumprimento)	subalínea iii) da alínea c) do artigo 4º	Port 106/2021	Despacho N.º 205/2022/MC 06-09-2021

[\(voltar à citação\)](#)

ANEXO VII – Entidades candidatas ao apoio à programação RTCP 2022

Nuts II	Nuts III	Concelho	Equipamento cultural	Patamar de financiamento
Alentejo	Alentejo Central	Évora	Armazém 8 Casa das Artes	50.000,00 €
	Alentejo Central	Évora	Teatro Garcia de Resende	200.000,00 €
	Alentejo Central	Montemor-o-Novo	Cineteatro Curvo Semedo	100.000,00 €
	Alentejo Litoral	Grândola	Auditório Municipal - Cine Granadeiro	150.000,00 €
	Alto Alentejo	Portalegre	Centro de Artes do Espectáculo de Portalegre	150.000,00 €
	Baixo Alentejo	Beja	Pax Julia - Teatro Municipal	100.000,00 €
	Baixo Alentejo	Ourique	Cine Teatro Sousa Telles	50.000,00 €
	Lezíria do Tejo	Santarém	Teatro Sá da Bandeira	200.000,00 €
Algarve	Algarve	Faro	Teatro Lethes	50.000,00 €
	Algarve	Faro	Teatro das Figuras	200.000,00 €
	Algarve	Lagoa	Auditório Carlos do Carmo	200.000,00 €
	Algarve	Lagos	Centro Cultural de Lagos	150.000,00 €
	Algarve	Loulé	Cineteatro Louletano	200.000,00 €
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Almada	Teatro Municipal Joaquim Benite	150.000,00 €
	Área Metropolitana de Lisboa	Barreiro	Auditório Municipal Augusto Cabrita	100.000,00 €
	Área Metropolitana de Lisboa	Mafra	Auditório Municipal Beatriz Costa	100.000,00 €
	Área Metropolitana de Lisboa	Oeiras	Teatro Independente de Oeiras	50.000,00 €
	Área Metropolitana de Lisboa	Palmela	Cine Teatro São João	50.000,00 €
	Área Metropolitana de Lisboa	Setúbal	Fórum Municipal Luísa Todi	150.000,00 €
	Área Metropolitana de Lisboa	Sintra	Centro Cultural Olga Cadaval	200.000,00 €
	Beira Baixa	Idanha-a-Nova	Centro Cultural Raiano	50.000,00 €

Centro	Beiras e Serra da Estrela	Fundão	A Moagem- Cidade do Engenho e das Artes	200.000,00 €
	Beiras e Serra da Estrela	Guarda	Teatro Municipal da Guarda	200.000,00 €
	Beiras e Serra da Estrela	Seia	Casa Municipal da Cultura de Seia	150.000,00 €
	Médio Tejo	Alcanena	Cine-Teatro São Pedro	50.000,00 €
	Médio Tejo	Ourém	Teatro Municipal de Ourém	200.000,00 €
	Médio Tejo	Tomar	Cine-teatro Paraíso	50.000,00 €
	Médio Tejo	Torres Novas	Teatro Virgínia	100.000,00 €
	Oeste	Caldas da Rainha	Centro Cultural e de Congressos das Caldas da Rainha	100.000,00 €
	Oeste	Torres Vedras	Teatro-Cine de Torres Vedras	200.000,00 €
	Região de Aveiro	Águeda	Centro de Artes de Águeda	100.000,00 €
	Região de Aveiro	Aveiro	Teatro Aveirense	150.000,00 €
	Região de Aveiro	Estarreja	Cine-Teatro de Estarreja	100.000,00 €
	Região de Aveiro	Ílhavo	Casa da Cultura de Ílhavo	200.000,00 €
	Região de Aveiro	Sever do Vouga	Centro das Artes e do Espectáculo de Sever do Vouga	50.000,00 €
	Região de Coimbra	Coimbra	Oficina Municipal do Teatro	50.000,00 €
	Região de Coimbra	Coimbra	Teatro da Cerca de São Bernardo	100.000,00 €
	Região de Coimbra	Coimbra	Teatro Académico de Gil Vicente	150.000,00 €
	Região de Leiria	Leiria	Teatro José Lúcio da Silva	200.000,00 €
	Região de Leiria	Leiria	Teatro Miguel Franco	50.000,00 €
	Região de Leiria	Pombal	Teatro-Cine de Pombal	100.000,00 €
Viseu Dão Lafões	Santa Comba Dão	Casa da Cultura de Santa Comba Dão	50.000,00 €	
Viseu Dão Lafões	Tondela	Novo Ciclo Acert - Centro de Recursos Culturais e de Desenvolvimento Regional de Tondela	150.000,00 €	
Viseu Dão Lafões	Viseu	Teatro Viriato	50.000,00 €	
Centro	Alto Minho	Monção	Cine Teatro João Verde	50.000,00 €
	Alto Minho	Paredes de coura	Centro Cultural de Paredes de Coura	100.000,00 €

Norte	Alto Minho	Ponte de Lima	Teatro Diogo Bernardes	100.000,00 €	
	Alto Minho	Viana do Castelo	Teatro Municipal Sá de Miranda	150.000,00 €	
	Área Metropolitana do Porto	Espinho	Auditório de Espinho Academia	100.000,00 €	
	Área Metropolitana do Porto	Matosinhos	Teatro Municipal de Matosinhos Constantino Nery	200.000,00 €	
	Área Metropolitana do Porto	Póvoa de Varzim	Cine-Teatro Garrett	50.000,00 €	
	Área Metropolitana do Porto	Santa Maria da Feira	Cineteatro António Lamoso	50.000,00 €	
	Área Metropolitana do Porto	Vila Nova de Gaia	Auditório Municipal de Gaia	50.000,00 €	
	Norte	Ave	Guimarães	Centro Cultural Vila Flor	200.000,00 €
		Ave	Vila Nova de Famalicão	Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão	200.000,00 €
		Cávado	Barcelos	Theatro Gil Vicente	150.000,00 €
		Cávado	Braga	gnration	150.000,00 €
		Cávado	Braga	Theatro Circo	200.000,00 €
		Douro	Vila Real	Teatro Municipal de Vila Real	200.000,00 €
		Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Funchal	Teatro Municipal Baltazar Dias
Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Ponta Delgada	Coliseu Micaelense	200.000,00 €	

[\(voltar à citação\)](#)

ANEXO VIII - Candidaturas indeferidas em 2022

Equipamento cultural	Entidade gestora	Concelho	Motivo do indeferimento	Fundamento	Diploma	Data de homologação
Teatro Independente de Oeiras	Pura comédia - companhia profissional de teatro de Oeiras	Oeiras	Desistência da entidade	--	--	25-01-2022 (do DG)
Teatro Municipal de Matosinhos Constantino Nery	Município de Matosinhos	Matosinhos	Autonomia de programação (incumprimento)	Alínea b) do n.º 1 do Ponto R	Aviso de Abertura n.º 19020/2021	
Coliseu Micaelense	Sociedade de Promoção e Dinamização de Eventos Culturais, Sociais e Recreativos, E.M., S.A.	Ponta Delgada	Investimento e dotação orçamental (incumprimento)	N.º 2 e n.º 3 do Ponto K		
Auditório Municipal de Gaia	Município de Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia	Orçamento próprio (incumprimento)	Alínea d) do n.º 1 do Ponto R		

[\(voltar à citação\)](#)

ANEXO IX – Entidades apoiadas em 2022

Nuts II	Nuts III	Concelho	Equipamento cultural	Patamar de financiamento
Alentejo	Alentejo Central	Évora	Teatro Garcia de Resende	200.000,00 €
	Alto Alentejo	Portalegre	Centro de Artes do Espectáculo de Portalegre	150.000,00 €
Algarve	Algarve	Faro	Teatro Lethes	50.000,00 €
	Algarve	Faro	Teatro das Figuras	200.000,00 €
	Algarve	Loulé	Cineteatro Louletano	200.000,00 €
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Almada	Teatro Municipal Joaquim Benite	150.000,00 €
	Área Metropolitana de Lisboa	Barreiro	Auditório Municipal Augusto Cabrita	100.000,00 €
	Área Metropolitana de Lisboa	Mafra	Auditório Municipal Beatriz Costa	100.000,00 €
	Área Metropolitana de Lisboa	Palmela	Cine Teatro São João	50.000,00 €
	Área Metropolitana de Lisboa	Setúbal	Fórum Municipal Luísa Todi	150.000,00 €
Centro	Beira Baixa	Idanha-a-Nova	Centro Cultural Raiano	50.000,00 €
	Beiras e Serra da Estrela	Guarda	Teatro Municipal da Guarda	200.000,00 €
	Beiras e Serra da Estrela	Seia	Casa Municipal da Cultura de Seia	150.000,00 €
	Médio Tejo	Alcanena	Cine-Teatro São Pedro	50.000,00 €
	Médio Tejo	Ourém	Teatro Municipal de Ourém	200.000,00 €
	Médio Tejo	Tomar	Cine-teatro Paraíso	50.000,00 €
	Oeste	Torres Vedras	Teatro-Cine de Torres Vedras	200.000,00 €
	Região de Aveiro	Aveiro	Teatro Aveirense	150.000,00 €
	Região de Aveiro	Estarreja	Cine-Teatro de Estarreja	100.000,00 €
	Região de Aveiro	Ílhavo	Casa da Cultura de Ílhavo	200.000,00 €
	Região de Aveiro	Sever do Vouga	Centro das Artes e do Espectáculo de Sever do Vouga	50.000,00 €

	Região de Coimbra	Coimbra	Oficina Municipal do Teatro	50.000,00 €
	Região de Coimbra	Coimbra	Teatro da Cerca de São Bernardo	100.000,00 €
	Região de Coimbra	Coimbra	Teatro Académico de Gil Vicente	150.000,00 €
	Região de Leiria	Leiria	Teatro José Lúcio da Silva	200.000,00 €
	Viseu Dão Lafões	Tondela	Novo Ciclo Acert - Centro de Recursos Culturais e de Desenvolvimento Regional de Tondela	150.000,00 €
	Viseu Dão Lafões	Viseu	Teatro Viriato	50.000,00 €
Norte	Alto Minho	Monção	Cine Teatro João Verde	50.000,00 €
	Alto Minho	Paredes de coura	Centro Cultural de Paredes de Coura	100.000,00 €
	Alto Minho	Ponte de Lima	Teatro Diogo Bernardes	100.000,00 €
	Área Metropolitana do Porto	Espinho	Audatório de Espinho Academia	100.000,00 €
	Área Metropolitana do Porto	Santa Maria da Feira	Cineteatro António Lamoso	50.000,00 €
	Ave	Guimarães	Centro Cultural Vila Flor	200.000,00 €
	Ave	Vila Nova de Famalicão	Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão	200.000,00 €
	Cávado	Barcelos	Theatro Gil Vicente	150.000,00 €
	Cávado	Braga	gnration	150.000,00 €
	Cávado	Braga	Theatro Circo	200.000,00 €
	Douro	Vila Real	Teatro Municipal de Vila Real	200.000,00 €
Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Funchal	Teatro Municipal Baltazar Dias	150.000,00 €

[\(voltar à citação\)](#)

ANEXO X – ECA fiscalizados pela CAC

05.09.2022	Município de Leiria	Teatro José Lúcio da Silva
06.09.2022	Município de Setúbal	Fórum Municipal Luísa Todi
07.09.2022	Município de Évora	Teatro Garcia de Resende
07.09.2022	Município de Portalegre	Centro de Artes do Espectaculo de Portalegre
08.09.2022	Município de Alcanena	Cine-Teatro São Pedro
08.09.2022	Município de Tomar	Cine-teatro Paraíso
26.09.2022	Município de Torres Vedras	Teatro-Cine de Torres Vedras
26.09.2022	Município de Mafra	Auditório Municipal Beatriz Costa
28.09.2022	Município de Almada	Teatro Municipal Joaquim Benite
30.09.2022	Município de Palmela	Cine Teatro São João
30.09.2022	Município do Barreiro	Auditório Municipal Augusto Cabrita
17.10.2022	Município de Ourém	Teatro Municipal de Ourém
17.10.2022	Município de Coimbra	Oficina Municipal do Teatro
21.10.2022	Município de Idanha-a-Nova	Centro Cultural Raiano
25.10.2022	Universidade de Coimbra	Teatro Académico de Gil Vicente
25.10.2022	Município de Sever do Vouga	Centro das Artes e do Espectáculo de Sever do Vouga

[\(voltar à citação\)](#)

ANEXO XI – Parâmetros de avaliação

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO
PROGRAMA DE APOIO À PROGRAMAÇÃO RTCP 2022-2025
Ficha de acompanhamento

Equipamento:

Proprietário:

Entidade gestora:

Participantes:

Data, hora e duração:

Local:

1. EQUIPAS		C	NC	NV	NA	Obs.
1.1	Equipa residente (número e funções)					
1.2	Recursos humanos adequados					
1.3	Recursos e equipamentos técnicos adequados					
2. ESPAÇOS		C	NC	NV	NA	Obs.
2.1	Práticas de acessibilidade (plateia e palco)					
2.2	Placa identificativa do apoio (RTCP)					
3. PROGRAMAÇÃO/ATIVIDADES		C	NC	NV	NA	Obs.
3.1	Autonomia de programação					
3.2	Calendarização					
3.3	Estratégia (organização e equipa no plano profissional, social e territorial)					
3.4	Programação com outros equipamentos que integram a RTCP					
3.5	Entidades programadas					
3.6	Artistas e estruturas artísticas locais					
3.7	Criações de artistas emergentes					
3.8	Coproduções originais (10%)					
3.9	Residências artísticas					
3.10	Exibição cinematográfica nacional (15%)					

3.11	Acolhimento de obras apoiadas pela DGARTES no domínio da criação (15%)					
3.12	Iniciativas de mediação, captação e sensibilização de públicos					
3.13	Práticas de acessibilidade intelectual e social					
3.14	Participação em redes formais e informais					
3.15	Objetivos de interesse público e cultural					
3.16	Plano de programação					
4. PROJETO GESTÃO		C	NC	NV	NA	Obs.
4.1	Relação entre entidade gestora e proprietária					
4.2	Execução orçamental - despesas					
4.3	Execução orçamental - receitas próprias					
4.4	Execução orçamental - financiamentos e outros apoios					
4.5	Sistema contabilístico separado ou código contabilístico adequado ao apoio					
4.6	Aplicação do apoio DGARTES (correspondência ao indicado em candidatura)					
5. COMUNICAÇÃO		C	NC	NV	NA	Obs.
5.1	Utilização da imagem da República Portuguesa - Cultura DGARTES – Direção-Geral das Artes e RTCP					
5.2	Comunicação de atividades (material gráfico, fotografias, vídeos, convites, brochuras, notícias, clipping)					
5.3	Plano de comunicação em curso, face aos destinatários e aos contextos de intervenção					
5.4	Existência de Website e redes sociais					
5.5	Gestão do Website e redes sociais					
6. DOCUMENTAÇÃO		C	NC	NV	NA	Obs.
6.1	Existência de arquivo físico e/ou digital					
6.2	Comprovativos das atividades realizadas (atas de reunião, folhas de presença, fotografias, programas de eventos, convites, apresentações, entre outros)					
6.3	Documentação relativa à divulgação do Projeto (artigos de jornais, cartazes, panfletos, estatísticas do website do Projeto, fotografias de qualquer material produzido com os logos visíveis, entre outros)					
6.4	Documentos comprovativos de licenças exigidas para o exercício da atividade e autorizações para obras que impliquem direitos de autor e direitos conexos, quando aplicável					
C - Conforme; NC - Não Conforme; NV - Não Verificado (na amostra); NA - Não Aplicável						

ANEXO XII – Calendário do Plano de Valorização e Qualificação de Recursos Humanos

MÓDULO	FORMADOR/A	HORAS	DIAS	TIPO	MAIO			JUNHO						
A: O programa artístico e cultural do teatro	José Bastos	14	2	Presencial	16 e 17 Centro	23 e 24 Algarve	30 e 31 Alentejo	6 e 7 LVT	13 e 14 Norte	20 e 21 RAA	27 e 28 RAM			
MÓDULO	FORMADOR/A	HORAS	DIAS	TIPO	MAIO	JUNHO	JULHO							
B: A gestão do teatro I (missão, visão e objetivos estratégicos)	Vitor Martelo	6	1	Online	30 Centro	6 Algarve	4 LVT	11 Alentejo						
MÓDULO	FORMADOR/A	HORAS	DIAS	TIPO	MAIO / JUNHO		JULHO							
C: A gestão do teatro II (pessoas, recursos e infraestrutura)	Vitor Martelo	12	2	Online	31 e 1 Centro	7 e 8 Algarve	5 e 6 LVT	12 e 13 Alentejo						
MÓDULO	FORMADOR/A	HORAS	DIAS	TIPO					JUNHO	JULHO				
D: A gestão do teatro III (administrativa e financeira)	Vitor Martelo Ricardo Pena	12	2	Online										
MÓDULO	FORMADOR/A	HORAS	DIAS	TIPO				JUNHO	JULHO					
E: A produção de projetos artísticos e culturais no teatro	Pedro Silva	15	3	Online	13, 14 e 15 Centro	20, 21 e 22 Algarve	27, 28 e 29 Alentejo	4, 5 e 6 RAA	11, 12 e 13 RAM					
MÓDULO	FORMADOR/A	HORAS	DIAS	TIPO					JUNHO					
F: Um teatro e uma programação acessíveis	Maria Vlachou	6	1	Online	27 Norte	6 Centro	13 Algarve							
MÓDULO	FORMADOR/A	HORAS	DIAS	TIPO					JULHO					
G: A comunicação do (e) no teatro	Pedro Mascarenhas	9	2	Online	4 e 5 Centro	11 e 12 Norte								
MÓDULO	FORMADOR/A	HORAS	DIAS	TIPO								JUNHO		
H: Teatro e públicos: os desafios digitais	Teresa Duarte Martinho	6	1	Online										
MÓDULO	FORMADOR/A	HORAS	DIAS	TIPO			JUNHO	JULHO						
I: Mediação cultural e serviço educativo do e no teatro	Raquel Ribeiro dos Santos Madalena Walenstein	12	2	Online	28 e 29 Norte	11 e 12 Algarve								
MÓDULO	FORMADOR/A	HORAS	DIAS	TIPO								JUNHO		
J: A direção de cena e a direção técnica no teatro	Luísa Pinto	18	3	Presencial	6, 7 e 8 Alentejo	20, 21 e 22 LVT								

MÓDULO	FORMADOR/A	HORAS	DIAS	TIPO	Horário				SETEMBRO	NOVEMBRO			
B: A gestão do teatro I (missão, visão e objetivos estratégicos)	Vitor Martelo	6	1	Online	9h30-12h30 / 14h30-17h30				19 Norte	26 RAM	21 RAA		
MÓDULO	FORMADOR/A	HORAS	DIAS	TIPO	Horário				SETEMBRO	NOVEMBRO			
C: A gestão do teatro II (pessoas, recursos e infraestrutura)	Vitor Martelo	12	2	Online	9h30-12h30 / 14h30-17h30				20 e 21 Norte	27 e 28 RAM	22 e 23 RAA		
MÓDULO	FORMADOR/A	HORAS	DIAS	TIPO	Horário	NOVEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO					
D: A gestão do teatro III (administrativa e financeira)	Vitor Martelo Ricardo Pena	12	2	Online	9h30-12h30 / 14h30-17h30	28 e 29 RAM	9 e 10 RAA	23 e 24 Alentejo	30 e 31 Algarve	6 e 7 Centro	14 e 15 LVT	27 e 28 Norte	
MÓDULO	FORMADOR/A	HORAS	DIAS	TIPO	Horário				SETEMBRO	OUTUBRO			
E: A produção de projetos artísticos e culturais no teatro	Pedro Silva	15	3	Online	9h30-12h30 / 14h30-17h30				12, 13 e 14 LVT	17, 18 e 19 Norte			
MÓDULO	FORMADOR/A	HORAS	DIAS	TIPO	Horário				OUTUBRO	NOVEMBRO	FEVEREIRO		
F: Um teatro e uma programação acessíveis	Maria Vlachou	6	1	Online	9h30-12h30 / 14h30-17h30				12 RAA	9 Alentejo	6 RAM	13 LVT	
MÓDULO	FORMADOR/A	HORAS	DIAS	TIPO	Horário				SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	JANEIRO	
G: A comunicação do (e) no teatro	Pedro Mascarenhas	9	2	Online	Ver NOTA				12 e 13 Algarve	10 e 11 RAA	7 e 8 RAM	21 e 22 LVT	9 e 10 Alentejo
MÓDULO	FORMADOR/A	HORAS	DIAS	TIPO	Horário	OUTUBRO	NOVEMBRO			JANEIRO			
H: Teatro e públicos: os desafios digitais	Teresa Duarte Martinho	6	1	Online	9h30-12h30 / 14h30-17h30	12 LVT	19 Alentejo	2 Norte	9 RAA	30 RAM	9 Algarve	23 Centro	
MÓDULO	FORMADOR/A	HORAS	DIAS	TIPO	Horário				SETEMBRO	OUTUBRO			
I: Programação e mediação artística, cultural e educativa	Raquel Ribeiro dos Santos Madalena Walenstein	12	2	Online	9h30-12h30 / 14h30-17h30				12 e 13 RAM	20 e 21 Alentejo	26 e 27 Centro	10 e 11 LVT	24 e 25 RAA
MÓDULO	FORMADOR/A	HORAS	DIAS	TIPO	Horário				SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
J: A direção de cena e a direção técnica no teatro	Luísa Pinto	18	3	Presencial	9h30-12h30 / 14h30-17h30				12, 13 e 14 RAA	19, 20 e 21 Algarve	17, 18 e 19 Centro	14, 15 e 16 Norte	19, 20 e 21 RAM
MÓDULO	FORMADOR/A	HORAS	DIAS	TIPO	Horário	OUTUBRO	NOVEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO			
K: As componentes técnicas do teatro I - Som	Suse Ribeiro	18	3	Presencial	9h30-12h30 / 14h30-17h30	10, 11 e 12 Algarve	24, 25 e 26 LVT	14, 15 e 16 Alentejo	28, 29 e 30 Centro	9, 10 e 11 Norte	27, 28 e 1 RAA	21, 22 e 23 RAA	
MÓDULO	FORMADOR/A	HORAS	DIAS	TIPO	Horário	NOVEMBRO			JANEIRO		FEVEREIRO		
L: As componentes técnicas do teatro II - Luz	José Nuno Lima	18	3	Presencial	9h30-12h30 / 14h30-17h30	7, 8 e 9 Algarve	28, 29 e 30 Alentejo	9, 10 e 11 Centro	16, 17 e 18 LVT	30, 31 e 1 Norte	6, 7 e 8 RAA	13, 14 e 15 RAM	
MÓDULO	FORMADOR/A	HORAS	DIAS	TIPO	Horário	OUTUBRO	NOVEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO				
M: As componentes técnicas do teatro III - Vídeo	Miguel Osório	12	2	Presencial	9h30-12h30 / 14h30-17h30	3 e 4 Alentejo	24 e 25 Centro	21 e 22 Algarve	28 e 29 Norte	16 e 17 RAM	30 e 31 LVT	27 e 28 RAA	

NOTA: Módulo G
1º dia 9h30-12h30 / 14h30-17h30
2º dia 9h30-12h30

[\(voltar à citação\)](#)

ANEXO XIII – ECC que acolheram sessões de formação presenciais

Coliseu Micaelense	Ponta Delgada
Academia de Música de Espinho	Espinho
Auditório Carlos do Carmo	Lagoa
Auditório da Biblioteca Nacional e Cine Teatro São João	Palmela
Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão	Vila Nova de Famalicão
Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva	Ericeira
Centro Cultural de Lagos	Lagos
Centro de Artes do Espetáculo de Portalegre	Portalegre
Centro de Artes e Espetáculos da Figueira da Foz	Figueira da Foz
Cineteatro Municipal João Mota	Sesimbra
Pax Julia - Teatro Municipal	Beja
Teatro das Figuras	Faro
Teatro Diogo Bernardes	Ponte de Lima
Teatro Garcia de Resende	Évora
Teatro Micaelense	Ponta Delgada
Teatro Municipal Baltazar Dias	Funchal
Teatro Municipal da Guarda	Guarda
Teatro Municipal de Ourém	Ourém
Teatro Municipal de Portimão	Portimão
Teatro Virgínia	Torres Novas
Theatro Gil Vicente	Barcelos

[\(voltar à citação\)](#)

ANEXO XIV – Relato da conferência “Territórios Dinâmicos”

CONFERÊNCIA RTCP TERRITÓRIOS DINÂMICOS
Centro Cultural Gil Vicente, Município de Sardoal
5 de dezembro de 2022

Programar como mediação cultural para uma arte da democracia

Em linhas gerais, algumas ideias foram recorrentes e escutaram-se ao longo do dia como sendo fundamentais, defendendo alguns pontos comuns, mesmo que formulados de modos distintos:

A importância da mediação; ao ponto de ser formulada uma concepção de programação como programação de mediação;

A expectativa de que os objetivos consigam ir além de fomentar o acesso à cultura e à sua fruição, mas dar voz e capacidade de expressividade criativa às pessoas dos diferentes territórios;

O desafio do equilíbrio entre programação e/ou artistas que vêm de fora e os residentes locais;

Foram referidos como dado adquirido as carências ao nível de equipas, actualização de meios técnicos e tecnológicos (também ao nível dos recursos a novos media ou meios digitais de recolha e tratamento de informação), assim como a importância de discutir o perfil do programador, desejavelmente autónomo do poder, e a importância dos conteúdos artísticos.

Interioridade não é sinónimo de inferioridade

“Interioridade não é sinónimo de inferioridade.” Esta foi a frase que escutámos de Miguel Borges (Presidente de Câmara do Sardoal), que também trouxe a imagem do Teatro (o Centro Cultural Gil Vicente, do Sardoal, onde a conferência decorreu) como uma piscina. Disse-nos: “Esta casa foi construída há 18 anos à dimensão do concelho. Esta é a nossa piscina, e ninguém constrói uma piscina sem pôr água lá dentro. Água de qualidade, que as pessoas da região possam beber, mas água de qualidade também para que as pessoas possam aprender a nadar.” Aqui estão incluídas as muitas dimensões de acção e missão de uma autarquia num compromisso claro com a cultura. “Água para se aprender a nadar é formação de públicos, é espaço para os jovens, também para os jovens criadores, para as nossas escolas terem capacidade de aprender e interagir e saberem que há mais mundo para além da rotunda da entrada do Sardoal.”

Assinalando a intervenção do Ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva, ao apresentar os resultados preliminares globais do Programa de Apoio Sustentado 2023-2026 e a modalidade de apoios em que vai decorrer o concurso de apoio a Projectos, este elencou dois eixos estratégicos da cultura, que fizeram ressonância no debate do primeiro painel de discussão da manhã dedicado a Programar o Território: a institucionalização e a democratização.

Institucionalização no sentido de criar sustentabilidade, previsibilidade e continuidade.

Democratização no sentido de contribuir para remover obstáculos no acesso à cultura, sejam Socioeconómicos ou Geográficos.

Seguiu-se o Atlas Artístico e Cultural de Portugal apresentado por José Soares Neves (numa iniciativa da DGartes com o OPAC – Observatório Português das Atividades Culturais).

Com a salvaguarda de o estudo ter sido realizado num ano atípico, da pandemia, e com as devidas limitações do acesso aos dados, José Soares deixou algumas ideias positivas, como a verificação de uma grande dinâmica cultural no país, ainda que permaneçam as assimetrias em vários itens

de análise: densidade populacional, desigualdades das autarquias no investimento na cultura, distribuição etária, acesso ao ensino superior... entre outros... Deixou também a mensagem da importância de se criarem condições para haver mais informação recolhida e reportada. Neste ítem, alertou para a necessidade de registar, desenvolver e aproximar mais as estatísticas nacionais oficiais da realidade territorial e criar um modelo de organização, tratamento e disponibilização de informação online de âmbito nacional, de base municipal, inclusivo de novas dimensões e actualizável, capaz de responder às necessidades colocadas por programas emergentes e pelas novas realidades que a contemporaneidade vai gerando.

Num breve resumo diz que há evidência de um esforço de redução das assimetrias, não resolve o problema dos públicos, mas há uma disponibilização de meios e até esforço de qualificação de meios técnicos.

No primeiro painel, Helena Coelho dos Santos fez eco destas mesmas preocupações. Reforçou a importância da informação e da monitorização, adequada à especificidade da realidade que estamos aqui a tratar. Falou também da fundamental salvaguarda de tornar acessível e tornar público todos os indicadores e dados; criando, actualizando e optimizando os mecanismos e recursos tecnológicos para viabilizar a transparência e aferição do que é feito por via da partilha pública da informação sobre estes dados.

PAINEL 1 – PROGRAMAR NO TERRITÓRIO

Pedro Costa (DINÂMIA'CET – ISCTE) destacou aspectos positivos decorrentes da existência de uma rede desta natureza:

– A criação, produção, capacitação de públicos, somada à optimização de recursos e maximização de públicos – ainda que qualificando estes argumentos como ‘argumentos tradicionais’

Defendeu que, à partida, a rede será positiva se permitir ultrapassar uma falta de densidade, de conhecimento significativo, massa crítica, de falta de equipas, falta de técnicos, falta de programa para lhe dar substância

Nesse sentido, salientou o potencial do papel da rede como factor fundamental para a sustentabilidade económica

Propôs a valorização de uma dimensão: o acesso à expressividade cultural. Ou seja, ir mais longe do que aspirar a criar acesso à cultura, no sentido de fruição da cultura, à participação da comunidade em projectos, mas um verdadeiro acesso à expressividade cultural e à possibilidade de permitir que as pessoas dos diferentes territórios se possam expressar criativamente. Nesse sentido, a importante democratização do acesso à cultura passaria pelas pessoas terem acesso à expressividade cultural e identitária e não serem apenas receptores e públicos.

Defendeu ainda a importância das Redes pelo seu papel de agentes de cooperação, por criarem práticas de trabalho em conjunto, de trabalho colaborativo, desbloquear tensões, seja dentro do território seja entre o território e o exterior, mesmo quando este trabalho exige muito empenho e é difícil.

“O potencial que as redes têm para a cooperação é inter-relacional e opera múltiplas direcções”. A questão que a seguir colocou foi: “Como se podem articular e relacionar agentes públicos nacionais, regionais e locais?”

Outro aspecto fundamental é ser veículo de acesso à diferença e ao diferente.

Marta Martins (Artemrede)

A partir da experiência de quase 18 anos da Artemrede, que visa o desenvolvimento cultural dos territórios, falou primeiro da especificidade deste projecto: é uma associação com 18 associados, 17 municípios, cujos associados participam activamente na vida da associação, e que tem uma

distribuição geográfica ampla e diversa nas tipologias dos municípios, indo de Pombal, Montemor-o-Novo a Sesimbra (para referir apenas alguns), sendo apenas 8 da área metropolitana de Lisboa.

Um outro elemento característico da Artemrede é a diversidade política-partidária, geográfica, densidade populacional, e orçamentos municipais de cultura muito distintos... De um modo geral, têm equipas subdimensionadas, embora saliente que há realidades diferentes.

Marta Martins sublinhou a importância de actuar na lógica de que mais do que garantir o acesso, garantir um projecto de democracia cultural, e incrementar e qualificar a oferta cultura que existe nestes municípios – objectivos que também considera importantes –, a missão é dotar estes territórios de ferramentas para serem actores, produtores e protagonistas de arte.

Esta abordagem reflecte-se em várias dimensões, como a programação, o recurso e procura de co-financiamentos, fundamental para tornar mais inovadora e estruturada a actividade e para dar uma escala internacional à Artemrede – como é o caso do programa 2020, ou o programa de cooperação internacional “Southern Coalition”, do qual fazem parte 14 parceiros de 10 países. Estas outras fontes de financiamento permitem ir mais longe nos projectos artísticos. Como exemplo falou do programa “Visionários”, conjunto de espectadores que decidem regularmente a programação dos seus territórios. Neste momento têm 10 grupos activos, com orçamento robusto para participar na actividade dos seus territórios.

Marta Martins defendeu como fundamental trabalhar para a capacitação das pessoas dos diferentes territórios. E para o concretizar diz serem necessárias iniciativas inovadoras, onde inclui o programa “Visionários”, porque se organizam segundo uma aprendizagem mútua, para todos os envolvidos, com uma parte da população permanentemente a questionar, propor e decidir.

Esta é uma ideia de governança participada: Envolvem os vários intervenores, em níveis diferenciados, e vão dando cada vez passos maiores na forma como encaram e põem efectivamente em prática essa participação.

Laura Castro (Direção Regional de Cultura do Norte)

Traduziu logo uma dualidade de natureza distinta daquela que, até ali, nos tinha ocupado, ao tornar claro que tendencialmente a capacidade financeira e de recursos para actuar no domínio do Património é incomparavelmente maior do que a disponibilizada para a cultura contemporânea das artes performativas.

Enunciou logo a seguir uma questão crítica sobre possíveis concepções do funcionamento das redes:

“A rede tentacular é a verdadeira rede.” E explicou:

“É a ideia de trabalhar a partir de um centro, onde há muitas pessoas, massa crítica, em que o mais fácil é estabelecer uma rede tentacular, que parte de um sítio, esse centro, e vai aos outros lugares. Mas esse não deve ser o modelo, que deve ser horizontal. A Rede tentacular é um risco exactamente contrário ao espírito do que deve ser uma rede”, concluiu.

Laura Castro argumentou a combinação da presença dos especialistas com os não especialistas, as vozes não autorizadas, defendendo que estas têm de ter cada vez mais presença. “Isto é fundamental”, afirmou, “mas é difícil, e muito mais trabalhoso”.

Reagindo à intervenção de Pedro Costa sobre “identidade”, completou: “Identidade são as duas coisas, é ser diferente e é ser igual a qualquer coisa. É como o nome próprio e o nome de família. Esta necessidade de combinar o que é comum e o que é singular é muito importante.”

Ao longo dos vários painéis, e também das intervenções do público, foram muitas vezes verbalizadas preocupações com o facto de esta dinâmica cultural resultar em intervenções fugazes no território por onde passa, sem articular as várias linhas de actuação que estão em causa e em jogo. A constatação da possibilidade de ocorrer uma dinâmica desta natureza, fugaz, consubstancia precisamente o oposto de um trabalho comprometido com a sustentabilidade.

Já na fase de debate com público, Marta desenvolveu esta ideia, assinalando o perigo de ficar pouco lastro e mesmo esse pouco desmoralizar-se logo a seguir.

Para contrariar essa tendência, propôs uma abordagem ou metodologia:

“Acho que precisamos de saber quais são as necessidades do território. Quem ali está e quem ali actua. Dentro das necessidades, precisamos saber quais são os aspectos que dificultam o acesso à cultura, que podem ser vários factores relativos a diferentes níveis de acesso. Feita a identificação, precisamos construir indicadores e níveis mínimos nesse território.

Articular criadores de fora com agentes locais, nem sempre é fácil de ultrapassar, mas é fundamental. O que temos feito é dar um espaço aos agentes locais para darem a conhecer o seu trabalho no contexto da Artemrede e desenvolver projectos que articulem artistas de fora com artistas locais. É uma forma de capacitar, de colocar em diálogo, uma oportunidade de colaborar em conjunto, que não aconteceria de outro modo. Temos ensaiado outros modelos que possam melhorar esta articulação entre agentes que vêm de outros territórios e locais.”

O equilíbrio entre a programação local e a programação que vem de fora é um desafio que ressurgiu muitas vezes. Assim como a necessidade do trabalho de mediação, que foi debatido mais profundamente no painel 2 – sustentabilidade cultural.

14H15 | PAINEL 2 – SUSTENTABILIDADE CULTURAL

Helena Coelho dos Santos (Universidade de economia do Porto)

“As Redes são, por princípio, iniciativas virtuosas, porque temos de promover e privilegiar a interacção, de modo a garantir a sustentabilidade, para que as iniciativas perdurem no tempo e com a densidade suficiente para, do todo e de cada uma individualmente, saírem novos projectos”, disse Helena Coelho.

Defendeu que pensar nas questões da interacção é sermos capazes de colocar os diversos agentes institucionais, nas várias escalas, do nacional ao local, em colaboração com os agentes não institucionais, a sociedade civil. A questão que depois coloca é: como vamos pôr isto a funcionar? “Esta é a questão principal para uma rede como esta”, afirmou.

Segundo Helena, uma rede como esta baseia-se em particular em infraestruturas que são edifícios, em capacidade técnica, material técnico, digitalizar. É preciso actualizar. É necessário um investimento forte material e, depois outro, talvez mais complexo: uma rede de programação necessita de investimento nos recursos humanos para o trabalho artístico e recursos humanos na área técnica.

Neste painel, Helena voltou a referir o cinema que já tinha sido trazido de manhã por Pedro Costa. Helena defendeu que uma Rede de Teatros e Cine-Teatros não se pode pensar sem incluir as artes do cinema, que é uma realidade muito distinta a vários níveis das artes performativas. “É preciso pensar de uma forma integrada e holística estas redes.” Associou esta questão com a importância da figura do programador e a autonomia dos programadores.

Também na sua intervenção, surgiu a importância da mediação. “Uma rede é em última análise uma estrutura de mediação”.

Márcio Laranjeira (Plutão Camaleão – Festival Tremor)

Márcio Laranjeira partiu do caso exemplar do festival Tremor.

O festival de programação para os habitantes de Ponta Delgada surgiu em 2013 quando a realidade dos Açores era muito diferente, sem o turismo e os meios de transporte e de acessos que tem hoje. O grau de isolamento ganhou dimensão quando Márcio referiu “um isolamento marcado também pela dificuldade de sair de lá”.

Com a mudança do paradigma, os Açores passaram a ser percebidos como destino de turismo de natureza. O Tremor acompanha esta mudança. Começou em Ponta Delgada, agora acontece em mais locais. O 'nome de cartaz' do Tremor é a ilha. Um acontecimento cultural pensado para valorizar o território natural e as relações entre as pessoas e o território. Márcio partilhou a convicção de que se as pessoas conhecerem e criarem relações fortes com o lugar torna-se mais difícil destruir. Daqui decorre o trabalho no sentido da sustentabilidade.

Márcio Laranjeiro falou de projectos emblemáticos dentro do Tremor, como Terra Incógnita, caminhadas em trilhos naturais com bandas sonoras originais criadas por artistas. Cruzam públicos, das caminhadas e pessoas da música e das artes, e assim desafiam as várias comunidades.

A ética do trabalho também foi salientada por Márcio: “é importante trabalhar com a comunidade como se a comunidade fosse um artista e não como se estivéssemos a fazer um favor à comunidade”.

A importância da sustentabilidade de viabilização de projectos artísticos depara-se com o desafio da volatilidade com que os municípios decidem financiar, que oscila conforme mudam as pessoas nos cargos públicos, nomeadamente a mudança por via de ciclos eleitorais. Esta realidade coloca duas questões: Como podemos organizar a forma como os municípios se relacionam com as entidades independentes num modelo mais sustentável e a longo prazo? Por outro lado, devemos questionar formas diversificadas de viabilizar os projectos; devemos discutir como o meio consegue criar independência.

“A real independência é ter uma estrutura que consiga planejar, olhar para o futuro. Procurar uma visão plural de todas as fontes possíveis, em que o pagamento de bilheteira pode ser uma delas, o merchadising outra...” No caso do Tremor têm 15 parceiros de diferentes níveis, do local ao nacional, do privado ao público. Márcio concluía: “é uma grande trabalhadeira porque cada um quer uma coisa diferente, mas é o que dá a independência ao projecto”.

Brígida Alves (Centro das Artes e do Espetáculo de Sever do Vouga)

Brígida Alves falou de um projecto que traz no coração, o Centro das Artes e do Espetáculo de Sever do Vouga, onde nasceu e trabalha.

O Centro foi reconstruído em 2001, num território do interior, e que tem feito um esforço para acompanhar a dinâmica de desenvolvimento e de implementação destas políticas culturais ao longo de 21 anos. A implementação tem tido algumas dificuldades, nomeadamente na constituição de equipa, não por falta de vontade.

“Começámos como um espaço de programação pontual e convencional, começámos a interrogar a essência do projecto. Tentámos introduzir novas temáticas e novas áreas, a dança era muito arrojada, as pessoas não aderiam, programámos teatro. O questionamento foi sendo no sentido de como íamos envolver e levar as pessoas ao teatro. A questão da mediação cultural surge como uma urgência. Mas como envolvemos? Começámos por convidar artistas a ir a Sever do Vouga, envolvendo a população local, e nesse passo avançámos não apenas no teatro mas com a dança. Em 2013, ‘A Viagem’, da Filipa Francisco foi o primeiro espetáculo de dança contemporânea em Sever do Vouga. Só depois de conseguir pôr os severenses a dançar em cima do palco é que consegui começar a levá-los a ver dança. A programação passa a ser essencialmente, mas não só, de mediação cultural.”

Nos últimos anos, o trabalho desenvolvido foi no sentido de criar a partir do contexto e do território do Sever do Vouga, das características do território, das vivências, das memórias da população. Nesse sentido, tornou-se um projecto de mediação cultural.

Entre as várias questões que surgiram na plateia, João Aidos interrogou sobre as condições como se faz a mediação. Com que equipas? Quem trabalha em mediação? Foi recorrente a partilha de que muitos teatros não têm recursos humanos, sendo assim difícil compreender como podem

implementar e desenvolver esta área tão fundamental que é o envolvimento de públicos, nomeadamente por via da mediação.

Ainda na conversa com o público, Helena Coelho defendeu que a rede sirva para densificar de facto, e acima de tudo, os que são mais frágeis. Se é preciso um programador, contratar; se é preciso um técnico, contratar ou qualificar; uma rede destas tem de ser uma oportunidade também para se pensarem os recursos humanos, como é que se profissionalizam as áreas, também da ordem tecnológica e técnica, e as áreas de vertente mais artística.

16H00 | PAINEL 3 – COMUNIDADES PARTICIPATIVAS

Filipa Francisco (Coreógrafa)

O projecto “A Viagem” foi iniciado em 2011. A questão do tempo é muito importante para deixar raízes. O projecto continua, junta dança contemporânea com a tradicional. Filipa também defendeu a importância do processo, que dá substância à troca e à partilha. E dá também conta das mudanças que se operam ao longo dos tempos em termos de corpo e de política.

Todos os participantes são co-criadores. Nas palavras de Filipa: “As pessoas estão abertas a descobrir-se, a descobrir-se como comunidade, a criar utopias. E estamos a precisar de utopias. E normalmente não é fácil. Estas pessoas estão habituadas a ser figurantes e aqui não são figurantes. Estão habituadas a ser figurantes na própria vida.”

Filipa também falou das estratégias de mediação. Partilhou que uma das melhores formas de divulgar os espectáculos nas aldeias é envolver o padre da aldeia que divulga os espectáculos nas missas.

Filipa Francisco trabalhou muito em prisões (o Projecto Rexistir, com reclusos do Estabelecimento Prisional de Castelo Branco, Centa, 200-2006 é disso exemplo) e descobriu que não são apenas as prisões que têm muros, os teatros também têm. Como exemplo falou do projecto artístico que desenvolveu na Cova da Moura, em que partilhavam uma expressão entre todos, “quem tem medo do CCB”: “As pessoas da Cova da Moura viam o CCB como um lugar com muros altos, onde não podiam entrar. Foi importante fazer as pessoas entrar na Cova da Moura e foi importante fazer as pessoas da Cova da Moura entrar no CCB”.

Filipa diferenciou a utilização da palavra “democracia” na relação com as artes: “Falo da democracia das artes e não de democratizar as artes.” Isto significa as pessoas terem voz activa nas suas cidades, voz e ideias, e participarem activamente também na imaginação do que pode ser criado. “O mais importante é aquilo que pode ser inventado pelas pessoas”, disse.

Defendeu as co-criações como sendo mais importantes do que comprar espectáculos, mais ainda do que o problema por resolver da prática “chave na mão”, porque as co-criações implicam “uma construção em comum”, dando expressão e significado à importância do tempo para conhecer o território porque as pressões criam “pressa e falta de cuidado nas relações e o não permitem conhecer o que realmente as pessoas precisam”.

Outro aspecto apontado por Filipa Francisco foi a dificuldade que os artistas têm de poder viver do seu trabalho no território onde escolhem, muitos deles naturais de territórios descentralizados para onde querem voltar para desenvolver os seus projectos artísticos, sem o conseguir fazer por não ser viável economicamente. “A arte comunitária tem diferentes realidades e escalas, mas há uma tendência para a suborçamentação e para a precarização que não permite concretizar esse projecto de vida”.

Cláudia Dias (Coreógrafa / Performer)

Cláudia Dias falou da hegemonia do novo, num movimento sempre na perspectiva da inovação mas sem construção de futuro se não houver um diálogo com o passado. Falou deste tempo em que vivemos “muito do presentismo” e que seria interessante podermos sair desta lógica.

Deu o exemplo do projecto “Sete anos sete escolas” (articulado com o projecto artístico “Sete anos sete peças”) como pensado enquanto resposta a estas hegemonias. Em 2011, no auge da crise económica, decidiu criar um projecto artístico pensado como um gesto político, “contra a inevitabilidade da precariedade, ausência de tempo para uma pesquisa artística e a partilha de processos...”

A moldura temporal alargada permitiu aprofundar o encontro com o outro – cada peça era criada pela artista em colaboração com um outro artista, com práticas e técnicas muito distintas da sua, cruzando assim abordagens e modos de fazer não familiares. Esta metodologia permitiu “ir além daquilo que estamos de acordo e daquilo que estamos de acordo que discordamos.

Construir colectivamente em dissenso.” Foi isso também que depois fizeram nas escolas, numa “partilha de inquietações sobre mundos individuais e colectivos”, tendo por finalidade reforçar as condições favoráveis à integração dos jovens – social, cultural e política – com destaque para jovens em situação de carência.

Em causa estão práticas artísticas como instrumentos para a construção para a cidadania, não apenas da fruição da arte mas de produção da arte, afastando-os de serem meros consumidores culturais. No trabalho com as escolas, nomearam esta prática: “A Arte da Democracia”.

No caso deste projecto, os mediadores foram os professores, alunos-participantes, “conferindo-lhes o direito à experiência de criação que é verdadeiramente transformadora, é mais do que a experiência de fruição”.

Cláudia Dias partilhou algumas preocupações:

A efemeridade deste projectos, que deveriam deixar de ser projectos e ser uma prática continuada no programa escolar;

A macrocefalia do país e da sua litoralização;

A precariedade com que se trabalha nestes projectos, que vai além dos trabalhadores da cultura e das artes, inclui também os sociólogos e profissionais do desenvolvimento social, entre outros;

A incerteza, instabilidade e precariedade.

E lançou um desafio: “Já que temos de trabalhar com projectos e não políticas estruturais, então que sejam projectos de 20 anos.”

Reforçou algumas expressões e frases usadas ao longo do dia:

Ultrapassar a lógica dos consumos culturais;

Apostar no trabalho continuado;

Instituir a ideia de compromisso e de previsibilidade;

Não são os grandes eventos e os grandes espectáculos que geram público, são as redes sociais, mas no sentido das pessoas que constituem a comunidade social;

Não é a lógica de evento que cria comunidade;

António Brito Guterres (Dinamizador Comunitário e Investigador)

“O território é um objecto de trabalho interessante”, disse António Brito Guterres, que veio chamar a atenção para a imensa dissonância que existe nas muitas vivências do território. Há aspectos positivos nessa pluralidade da vivência do território, porque permite ouvir a história de uma pessoa e perceber como se relaciona com o emprego, com a habitação, com a família. Nas histórias individuais da vivência de um território tudo se encadeia e está ligado. É isso que desenvolveu no projecto “Os mapas também o são”, para desafiar e interrogar os mapas institucionais das cidades.

Foi essa outra perspectiva de interrogar as narrativas únicas sobre o território que partilhou no encontro. A partir da experiência que tem de trabalho nos bairros da periferia de Lisboa, chama a atenção para o facto da existência de vidas, de habitação, família, quotidiano, fora de Lisboa, mas em que as pessoas são obrigadas a ir à cidade, por exemplo, para tratar de questões legais, para se legalizarem.

A relação entre centro e periferia é complexa, com o seu projecto que é uma exposição e conferência, “Os mapas também o são” abre novos olhares sobre bairros sociais cuja narrativa os reduz à criminalidade e violência. Em contrapartida, entram histórias de vida, muita música, comunidades que partilham comida e culturas diversas. Disse: “Desumanizamos permanentemente os territórios e os mapas”. O gesto artístico, que conta ou escurece histórias, devolve a narrativa aos protagonistas das histórias e que não são as vozes que se escutam habitualmente. Por isso, os seus mapas são feitos por pessoas, são mapas emocionais e dão uma outra visão das pessoas que habitam aqueles territórios.

António Brito Guterres deixou claro que há muito para fazer, como o facto de nas escolas ainda ser exclusivo o ensino de dança folclórica portuguesa, sem acesso à representação das muitas culturas que fazem parte da população portuguesa. “Era importante que houvesse outras culturas ali representadas que também são de Lisboa, que não têm acesso à cultura e não têm acesso à criação”.

Salientou a importância dos casos de pessoas curiosas que conseguem entrar naqueles territórios e depois pôr as pessoas dos territórios a circular, como são o caso da Filipa Francisco e Cláudia Dias, mas considera que é uma intervenção que não está alicerçada na política pública. “Se o jovem não sabe sequer como ir ao CCB, se não tem dinheiro para ir ao CCB, quem é que é preciso integrar aqui? A integração tem de ser feita nos dois sentidos”

[\(voltar à citação\)](#)

ANEXO XV – ECC que participaram nos encontros do PNA

Equipamento	Concelho	Encontro
Cineteatro Curvo Semedo	Montemor-o-Novo	3.º Pitch, Évora
Cineteatro Louletano	Loulé	2.º Pitch, Coimbra 4.º Pitch, Loulé 5.º Pitch, Évora
Coliseu Porto Ageas	Porto	1.º Pitch, Porto
gnration	Braga	6.º Pitch, Torres Vedras
Novo Ciclo Acert - Centro de Recursos Culturais e de Desenvolvimento Regional de Tondela	Tondela	2.º Pitch, Coimbra
Teatro Aveirense	Aveiro	3.º Pitch, Évora
Teatro das Figuras	Faro	4.º Pitch, Loulé
Teatro Lethes	Faro	4.º Pitch, Loulé
Teatro Municipal de Ourém	Ourém	2.º Pitch, Coimbra
Teatro Viriato	Viseu	2.º Pitch, Coimbra
Theatro Circo	Braga	6.º Pitch, Torres Vedras
Theatro Gil Vicente	Barcelos	6.º Pitch, Torres Vedras

[\(voltar à citação\)](#)

ANEXO XVI – ECC parceiros do PNA para a Bienal Cultura e Educação

Equipamento	Concelho
Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão	Vila Nova de Famalicão
Centro Cultural de Lagos	Lagos
Centro Cultural e de Congressos das Caldas da Rainha	Caldas da Rainha
Centro Cultural Raiano	Idanha-a-Nova
Centro Cultural Vila Flor	Guimarães
Centro de Arte de Ovar	Ovar
Cineteatro Alba	Albergaria-a-Velha
Cineteatro Louletano	Loulé
Coliseu Porto Ageas	Porto
Novo Ciclo Acert - Centro de Recursos Culturais e de Desenvolvimento Regional de Tondela	Tondela
Teatro das Figuras	Faro
Teatro Independente de Oeiras	Oeiras
Teatro José Lúcio da Silva	Leiria
Teatro Municipal de Ourém	Ourém
Teatro Viriato	Viseu

[\(voltar à citação\)](#)

ANEXO XVII – ECC para sessões de cinema escolares do PNC

Nome equipamento	Concelho
Auditório Municipal de Gaia	Vila Nova de Gaia
Armazém 8 Casa das Artes	Évora
Auditório do Centro Cultural de Arronches	Arronches
Auditório Municipal - Cine Granadeiro	Grândola
Auditório Municipal de Portel	Portel
Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão	Vila Nova de Famalicão
Casa Municipal da Cultura de Seia	Seia
Centro Cultural de Paredes de Coura	Paredes de coura
Centro Cultural Gil Vicente	Sardoal
Centro Cultural Vila Flor	Guimarães
Centro de Arte de Ovar	Ovar
Centro de Artes do Espectáculo de Portalegre	Portalegre
Cine Teatro João Verde	Monção
Cine Teatro Sousa Telles	Ourique
Cineteatro Alba	Albergaria-a-Velha
Cineteatro Curvo Semedo	Montemor-o-Novo
Cine-Teatro de Estarreja	Estarreja
Cine-Teatro Garrett	Póvoa de Varzim

Cineteatro Louletano	Loulé
Cineteatro Municipal João Mota	Sesimbra
Cine-teatro Paraíso	Tomar
Fórum Municipal Luísa Todi	Setúbal
Pax Julia - Teatro Municipal	Beja
Quartel das Artes	Oliveira do Bairro
Teatro Académico de Gil Vicente	Coimbra
Teatro Bernardim Ribeiro	Estremoz
Teatro Cine de Gouveia	Gouveia
Teatro Miguel Franco	Leiria
Theatro Circo	Braga

[\(voltar à citação\)](#)

ANEXO XVIII – ECC com bilhete único para pessoa com deficiência e acompanhante

Equipamento	Concelho
Armazém 8 Casa das Artes	Évora
Auditório do Centro Cultural de Arronches	Arronches
Centro de Artes e Espactáculos da Figueira da Foz	Figueira da Foz
Cine Teatro Sousa Telles	Ourique
Cineteatro António Lamoso	Santa Maria da Feira
Cine-Teatro Garrett	Póvoa de Varzim
Cine-Teatro São Pedro	Alcanena
Coliseu Micaelense	Ponta Delgada
Musibéria	Serpa
Teatro Bernardim Ribeiro	Estremoz
Teatro Diogo Bernardes	Ponte de Lima
Teatro José Lúcio da Silva	Leiria
Teatro Lethes	Faro
Teatro Miguel Franco	Leiria
Teatro Municipal de Matosinhos Constantino Nery	Matosinhos
Teatro Municipal de Vila Real	Vila Real
Teatro Municipal Sá de Miranda	Viana do Castelo
Teatro Ribeiro Conceição	Lamego
Teatro-Cinema de Fafe	Fafe

[\(voltar à citação\)](#)